



---

# VITA SCIENTIFICA

---

REVISTA PÓS-GRADUAÇÃO

Ano XV | n° 19 | Edição 2025

---

## FICHA CATALOGRÁFICA

N964 Núcleo de Educação a Distância. **QUNTINO**, Oberdan; *et al.*

**Revista Uniasselvi-Pós** / Quintino Oberdan; *et al.* - Florianópolis, SC: Arquê, 2025.

73 p.

ISSN 2317-5966

1. Revista 2. Pós-graduação 3. EaD. I. Título.

CDD - 378.005

Bibliotecária: Leila Regina do Nascimento - CRB- 9/1722.

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ano de impressão:

Impresso por:

# CORPO EDITORIAL

## Reitor do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Prof. Dr. Valdecir Antonio Simão

## Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação EAD e Presencial da UNIASSELVI.

Dr. Victor Vinicius Biazon

## Presidentes do Conselho Editorial:

Dr. Victor Vinicius Biazon

Me. Jairo Martins

## Membros do Conselho Editorial

Profa. Esp. Celia Pereira da Silva Lima

Profa. Esp. Cleicieli Aparecida Andrade Ermonge

Profa. Ma. Elys Regina Zils

Profa. Esp. Fernanda Ludmilla Leles Manso

Prof. Esp. Gildo Peixer

Prof. Me. Jairo Martins

Profa. Ma. Jessica Aline da Costa

Profa. Esp. Kelly Kreidlow

Profa. Esp. Lucilene Kienen

Profa. Esp. Natana Martins Alves Ferneda

Profa. Esp. Sara Talitiane Viana Machado Leandro De Lima

Profa. Esp. Daisy Liborio

Profa. Esp. Juliana Pricila Rozanski

Profa. Esp. Debora Renata De Oliveira Gomes Benvenuti

Prof. Dr. Victor Vinicius Biazon

## Editor-chefe

Ma. Elys Regina Zils

# EXPEDIENTE

## Projeto Gráfico e Editoração

Arthur Cantarelli

Camila Luiza Nardelli

Daiane Victória Maass

Ellen Jeane Versari

Isabella Santos Magalhães

Juliana Oliveira Duenha

Lavígnia da Silva Santos

## Design Educacional

Amanda Peçanha dos Santos

Rossana Costa Giani

## Revisão Textual

Cindy Mayumi Luca

## Ilustração Capa

Bruno Cesar Pardinho Figueiredo

## Ilustração

Eduardo Aparecido Alves

## Supervisão

Calebe Prado

## Gestão

Diogo Ribeiro

## Direção

Paula Renata Ferreira

## Fotos

Shutterstock e Envato

# PREFÁCIO

A 19ª edição da Revista UNIASSELVI-Pós reafirma o compromisso da pós-graduação com a produção e a difusão de conhecimento científico relevante, crítico e socialmente situado. Em um contexto marcado por transformações tecnológicas, desafios institucionais e demandas crescentes por inclusão e qualidade de vida, a pesquisa assume papel central na compreensão dos fenômenos contemporâneos e na qualificação das práticas profissionais.

Os artigos que compõem esta edição evidenciam a amplitude temática e metodológica que caracteriza a produção acadêmica atual. A diversidade de áreas contempladas, que abrange humanidades, saúde, comunicação, gestão pública e educação, reflete a complexidade dos problemas investigados e a necessidade de abordagens interdisciplinares para sua análise.

No campo das ciências humanas, Oberdan Quintino, em “Crime: reflexões em um contexto histórico e filosófico”, propõe uma leitura que articula fundamentos históricos e filosóficos para compreender o fenômeno criminal em sua dimensão social e conceitual. Na área da saúde, Saimo Ferreira de Souza, em “Contribuições da fisiologia do exercício na promoção do envelhecimento saudável: uma revisão bibliográfica”, analisa, à luz da fisiologia do exercício, como a prática orientada de atividade física contribui para a prevenção de doenças e para a promoção da autonomia funcional na população idosa.

A relação entre tecnologia e criação é discutida por Leonardo Antonio de Jesus em “Do humano ao algoritmo: o impacto da inteligência artificial na criação publicitária”, estudo que examina os efeitos da incorporação de ferramentas de inteligência artificial nos processos criativos e nas dinâmicas profissionais do setor. No âmbito da gestão pública, Fernanda Fraga Tutikian, em “A importância da gestão de projetos na administração pública”, destaca como a adoção de metodologias estruturadas pode aprimorar o planejamento, a execução e o controle das ações governamentais, contribuindo para maior eficiência e transparência.

A educação ocupa espaço significativo nesta edição. Rafaela Ramalho Wanderley, em “A utilização de metodologias ativas no ensino superior e seus impactos na aprendizagem”, discute os fundamentos e os efeitos dessas abordagens pedagógicas na formação acadêmica. Daiana Santos da Silva, em “A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos: análise da coleção História: Sociedade & Cidadania (PNLD 2024–2027)”, problematiza a persistência de silenciamentos históricos no material didático, mesmo após avanços legislativos. Edson Pereira Barros Lima, em “O ensino de Artes nas escolas: fundamentos legais, desafios e perspectivas”, analisa o respaldo normativo da disciplina e os obstáculos enfrentados para sua efetiva implementação. Complementando esse eixo, Dalva Eliane Antunes dos Santos, em “A educação especial e a neuroaprendizagem em aprendizes com deficiência intelectual”, integra contribuições da psicopedagogia e das bases neurais da aprendizagem para fundamentar práticas educacionais mais inclusivas e contextualizadas.

A edição inclui ainda dois relatos de experiência que aproximam teoria e prática. Erica Farias Nascimento, em “Olhar que acolhe: a importância do diagnóstico precoce como ponte para o desenvolvimento de crianças



com Transtorno do Espectro Autista”, apresenta reflexões oriundas de estágio em Psicopedagogia, enfatizando a relevância da identificação precoce e da atuação interdisciplinar. Maria Quitéria da Conceição Albuquerque, em “Impacto da esquizofrenia na vida cotidiana: desafios e estratégias de enfrentamento”, aborda os impactos do transtorno na vida diária e as possibilidades de enfrentamento, ampliando a compreensão sobre saúde mental e cuidado.

O conjunto dos trabalhos publicados nesta edição evidencia a vitalidade da produção científica desenvolvida no âmbito da pós-graduação e sua contribuição para o aprofundamento de debates contemporâneos. Ao promover o diálogo entre diferentes campos do saber, a Revista UNIASSELVI-Pós consolida-se como espaço de circulação de pesquisas comprometidas com o rigor acadêmico e com a relevância social do conhecimento. Como afirmou Leonardo da Vinci, “O aprendizado nunca esgota a mente”, lembrando-nos de que a busca pelo saber é processo contínuo, aberto e permanente.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora.

# SUMÁRIO

## ARTIGO 1

7 **Oberdan Quintino**  
Crime: reflexões em um contexto histórico e filosófico

## ARTIGO 2

13 **Saimo Ferreira de Souza**  
Contribuições da fisiologia do exercício na promoção do envelhecimento saudável: uma revisão bibliográfica

## ARTIGO 3

19 **Leonardo Antonio de Jesus**  
Do humano ao algoritmo: o impacto da inteligência artificial na criação publicitária

## ARTIGO 4

26 **Fernanda Fraga Tutikian**  
A importância da gestão de projetos na administração pública

## ARTIGO 5

33 **Rafaela Ramalho Wanderley**  
A utilização de metodologias ativas no ensino superior e seus impactos na aprendizagem

## ARTIGO 6

39 **Daiana Santos da Silva**  
A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos: análise da coleção História: Sociedade & Cidadania (PNLD 2024–2027)



ARTIGO 7

**46** **Edson Pereira Barros Lima**  
O ensino de artes nas escolas: fundamentos legais, desafios e perspectivas

ARTIGO 8

**53** **Dalva Eliane Antunes dos Santos**  
A educação especial e a neuroaprendizagem em aprendizes com deficiência intelectual

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

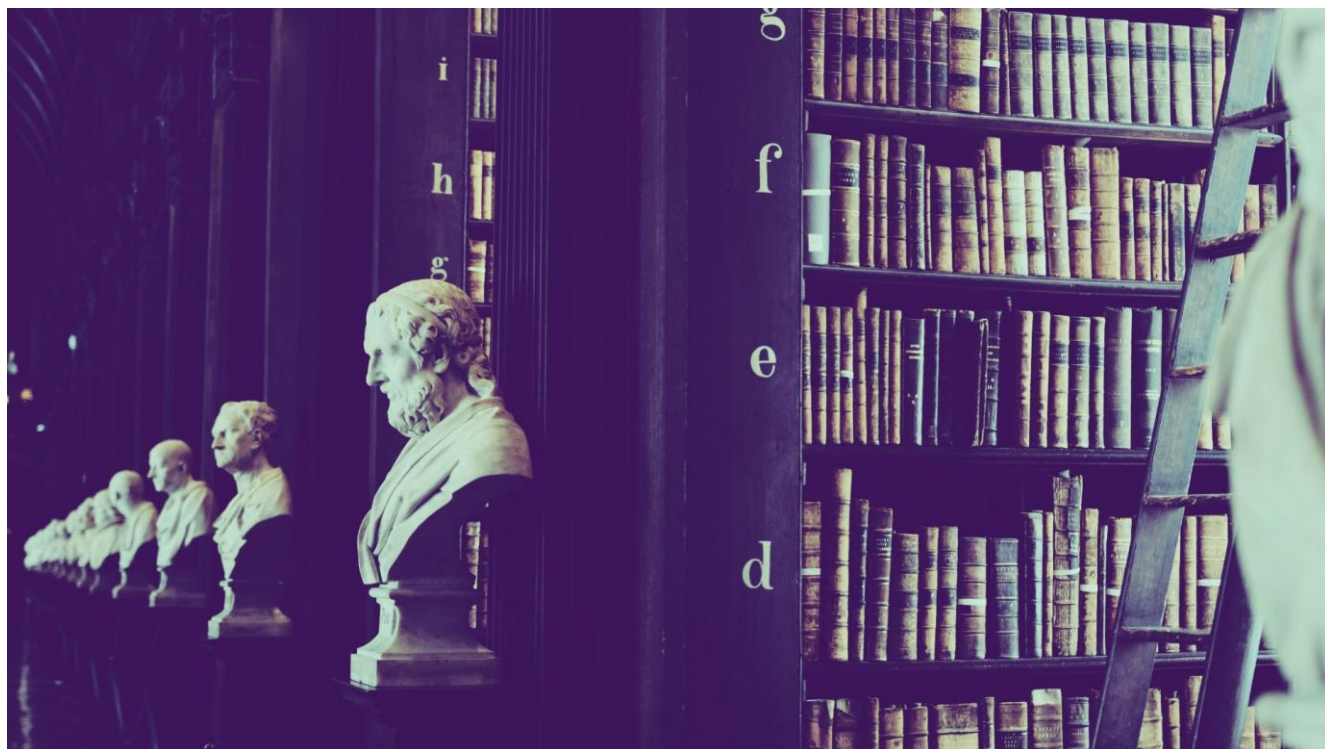
RELATO 1

**58** **Erica Farias Nascimento**  
Olhar que acolhe: a importância do diagnóstico precoce como ponte para o desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista

RELATO 1

**66** **Maria Quitéria da Conceição Albuquerque**  
Impacto da esquizofrenia na vida cotidiana: desafios e estratégias de enfrentamento





ARTIGO 1 | PÁGINAS 8-13

# CRIME: REFLEXÕES EM UM CONTEXTO HISTÓRICO E FILOSÓFICO

**OBERDAN QUINTINO**<sup>1</sup>

ORIENTADORA: NATANA MARTINS ALVES FERNEDA

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Pós-Graduado em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP; Graduado em Direito pela Faculdades Integradas Campos Salles - FICS; em Filosofia e História pelo Claretiano Centro Universitário – CEUCLAR e em Educação Artística pela Faculdade Marcelo Tupinambá – MARTUP. E-mail: oberquintino@gmail.com; oberquintino@terra.com.br

## RESUMO

A História tem por objeto de estudo o próprio homem, suas ideias, a sociedade a que pertence e os acontecimentos mais relevantes. Para comprovar a veracidade e a autenticidade das fontes de que dispõe para atingir seus objetivos, recorre ao auxílio de outras ciências e da Filosofia. A partir do entendimento de que tais ciências se complementam, tece algumas reflexões sobre o crime considerando esse contexto.

## PALAVRAS-CHAVE

Crime; História; Filosofia

## INTRODUÇÃO

A história não se limita a trazer à luz acontecimentos do passado, mas tem por objeto de estudos o próprio homem e o contexto social na qual está inserido. Esse entendimento permite reconhecer a contribuição de outras ciências para uma análise precisa dos eventos mais relevantes. Assim, história e filosofia se complementam num esforço conjunto buscando compreender e explicar como os fenômenos histórico-sociais se concretizam, as razões que os motivam e de maneira reflexiva analisar o fenômeno crime.

Pode-se dividir a história em verdade histórica, na qual a obtenção se dá pela crítica; em fato histórico, tendo características como a irreversibilidade e as consequências políticas, econômicas e sociais e; a síntese histórica, cuja sua configuração se dará através da análise das conexões do fato histórico e das situações e circunstâncias a ele inerentes.

O artigo, nesse sentido, teve por embasamento uma análise reflexiva com a sua respectiva particularidade, ao se observar no perfil histórico a presença de aspectos relativos ao crime. O conhecimento aprofundado da sociedade em que se está inserido, o desejo de mudanças, os ideais de liberdade e o surgimento dos princípios norteadores da

história e das ciências ligadas a ela ensejarão a necessidade de medidas que possibilitem a adequação àquela realidade social e suas vertentes. A partir do momento em que o homem começa a deixar documentos escritos é que se torna possível promover mudanças radicais referentes ao fenômeno crime e sua compreensão, sobretudo, da aplicação da pena proporcional ao crime cometido.

A Idade Moderna, cuja divisão histórica compreende o momento da queda de Constantinopla até a Revolução Francesa (1789), constitui o embrião das medidas políticas de grande relevância como reflexo das ideologias revolucionárias. As grandes mudanças se insurgiam em todos os seguimentos.

O homem, suas ideias e a sociedade à qual pertence, combinando efeitos comportamentais com inquietações históricas e filosóficas, trazem à luz grandes inovações. As reflexões sobre o mundo circundante permitem formatar pensamentos e, nesse contexto, em termos históricos o século XIX viu surgir as chamadas Escolas Penais. **Cada momento histórico ensinará reflexões e novas formas de adequação**, mas também estarão presentes elementos de inadequação que pode ser entendido como crime.



## DESENVOLVIMENTO

Antes de uma análise mais detalhada do que é e o que envolve o fenômeno crime, é importante observar o contexto social em que os primeiros estudiosos delinearão suas reflexões, o que se deu no bojo das revoluções liberais. Dentre todas, a mais relevante foi a Revolução Francesa, um importante levante revolucionário inspirado por princípios de virtude e de liberdade, que possibilitaram transformações econômicas, políticas e ideológicas nos séculos posteriores. Esta se destacou em razão de três aspectos principais: em primeiro lugar, por ser a França o Estado mais populoso; segundo, pela adesão em massa ao movimento; e terceiro, pelo ecumenismo, elementos que conferiram a ela um caráter de universalidade.

A França nesse período vivia um momento crítico e apresentava características medievais muito marcantes sendo dividida em três classes, a saber: a nobreza, o clero e chamado Terceiro Estado. Os problemas de ordem socioeconômicas em que essas três classes se depararam provocaram um efeito dominó atingindo o campo, reduzindo o mercado, a indústria e gerando falta de emprego e um custo de vida alto.

Com tudo isso, a Monarquia enfraqueceu-se economicamente, embora houvesse uma política de reforma das estruturas fiscais e administrativas. As tentativas de reforma, contudo, foram infrutíferas devido ao envolvimento da França na Guerra da Independência Americana, onde os gastos excessivos somados à extravagância do Palácio de Versailles se constituíram no binômio que a desestruturaram.



A Monarquia em crise era o ambiente adequado para o início do levante revolucionário, com o povo inspirado pelos ideais de liberdade. O movimento contrarrevolucionário liderado por Luiz XVI ameaçou resistir, mas não suportou o embate e teve que assistir à queda do maior símbolo do Absolutismo, a Bastilha. A queda de Bastilha em 14 de julho de 1789 representou o ideal de libertação abolindo definitivamente o Feudalismo em 1793.



Para Hobsbawm,  
[...] embora a extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais, em 1788. A guerra, a marinha e a diplomacia constituíam um quarto, a metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida - a guerra americana e sua dívida - partiram a espinha dorsal da monarquia.  
(Hobsbawm, 1996, p. 17)

A Revolução, no entanto, não foi realizada de forma organizada, não havia sequer um líder ou partido, mas tinha como força um conjunto coerente de ideias o que propiciou ao movimento um princípio unificador. Tais ideias refletiram a grandiosidade da Revolução - onde grande parte do mérito cabe aos filósofos - atribuindo um dever a todas as nações, o de libertar os povos da opressão e da tirania e que combinadas com as exigências burguesas resultaram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A Declaração consistia em combater os privilégios da nobreza. Nas palavras de Hobsbawm (1996, p. 18), “os filósofos podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles, provavelmente, constituíram a diferença entre um simples

colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva de um novo.”

A repercussão de tais acontecimentos culminou no ambiente adequado para as mudanças em todos os sentidos no âmbito social e no entendimento de crime. O crime e as práticas desumanas de punição eram o foco de análise em razão da desproporcionalidade na aplicação da pena e em virtude da sua finalidade que era, aplacar a ira da entidade ofendida. A sanção mais aplicada era a de morte e, a punição não se restringia à pessoa do infrator, atingindo, inclusive seus bens e descendentes.

Um filósofo que teve participação ativa foi Montesquieu (1689-1755), proclamando uma preocupação quanto à prevenção do crime e não somente com práticas que visavam a punição. Para Jean Jacques Rousseau (1712-1778), a origem dos crimes estava ligada à repartição da terra, ensejando o conceito de propriedade e sendo a principal razão dos conflitos sociais. Vale ressaltar que Rousseau também criticava a pena de morte, os suplícios e as torturas aos criminosos.

A partir do Iluminismo se estabeleceu um conceito material do delito, identificando o crime como a lesão de um direito subjetivo, e assim, o crime encontrou sua razão de ser no pacto social violado.



[...] o Iluminismo, movimento cultural-filosófico surgido nos fins do séc. XVII na Europa, que atingiu seu apogeu no séc. XVIII, por isso este é chamado “O Século das Luzes”, corresponde a um período de modificação de ideias e conceitos, que culminaram com a Revolução Francesa (1789) e contribuíram decisivamente para inovações no campo das concepções penais, semeando o caminho propício ao advento das escolas penais e a sistematização científica não só do Direito Penal, como das demais ciências afins, no séc. XIX, possibilitando que evoluíssem até o estágio atual. (Fernandes; Fernandes, 1995, p. 62)

Pensadores como Montesquieu e Rousseau, suas críticas e conclusões quanto ao fenômeno crime, bem como as práticas e sistemas de punição empregados como forma de reação, preparam o terreno para o maior crítico das atrocidades praticadas no Absolutismo, cuja obra clamava a razão: Cesare Beccaria.

A obra do Iluminismo no âmbito da filosofia penal foi “Dos Delitos e das Penas” (1764), do filósofo e economista Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria (1738 - 1794), que se tornou conhecido não só na Itália como em toda a Europa e representou um divisor de águas para o Direito Penal Moderno, e sustentava a proporcionalidade da pena ao dano causado, não tendo lugar para a crueldade, a tortura e a pena de morte.

O crime seria tudo que se opusesse ao bem comum, entendido numa fase intermediária entre as ações que destroem a sociedade ou contra seus membros, sendo o dano causado à nação o que determinará a medida do crime em detrimento da intenção de quem o comete. Nem todo crime, no entanto, destrói a sociedade ou quem a represente, mas, certamente, independentemente daquele que foi cometido há certo prejuízo, interferindo diretamente na sua estrutura e provocando a necessidade do restabelecimento da ordem.

Nesse âmbito, se incluem todos os tipos de crimes que vão sendo cometidos, tanto pelos menos afortunados, como pelos de maior posição social, sem distinção clara do tipo de crime, mas, com punições bem distintas. O cerne da discussão ainda é a liberdade e a segurança dos cidadãos, que vão a todo o instante sendo comprometidos pelos constantes atentados e soma-se a isso a total incredulidade quanto às responsabilidades e o senso de justiça devido justamente a essa distinção punitiva.

Atentados contra a segurança e a liberdade dos cidadãos constituem, pois, um dos maiores crimes e, nessa classe, incluem-se não apenas os assassinatos e os furtos dos plebeus, mas também os dos grandes e dos magistrados, cuja influência age a maior distância e com maior vigor, destruindo, nos súditos, as ideias de justiça e de dever, substituindo-as pela do direito do mais forte, perigoso não só para quem o exerce

como também para quem o suporta. (Beccaria, 1999, p. 44)

O foco de sua análise recai nos crimes que se originam da natureza humana resultando na violação do pacto social. Na condição de seguidor da doutrina contratualista de Rousseau, Beccaria conseguiu por intermédio de sua revolucionária análise crítica ditar as diretrizes que se espalhariam pela Europa culminando com a extinção dos banhos de sangue e da tortura no âmbito penal. Em Prado (2002, p. 59), “foi ele o autor que em primeiro lugar desenvolveu a ideia da estrita legalidade dos crimes e das penas, operando uma verdadeira sistematização, dominada por três postulados fundamentais: legalidade penal, estrita necessidade das incriminações e uma penalogia utilitária”.

O centro de convergência buscando alternativas que justificassem determinadas aplicações penais quanto aos crimes, resultou, de forma gradativa, dos estudos que surgiram como consequência das soluções encontradas como punição da prática criminoso.

Duas doutrinas filosóficas serviram de base para a sistematização do pensamento da Escola Clássica: o Jusnaturalismo de Croce e o Contratualismo de Rousseau. Ambas as doutrinas - antagônicas por uma defender a razão e a outra o acordo de vontades, respectivamente - atingiam o mesmo objetivo, que consistia num sistema de normas contrário à opressão e a tirania resgatando a dignidade do indivíduo em face do Estado. No campo filosófico, a Escola Clássica se apoia na doutrina do livre-arbítrio, sendo o princípio característico, a seguinte ideia referente ao crime: ser ele um ente jurídico e independente da natureza do criminoso. Com base na moral, a pena será a justa retribuição para a injustiça praticada pelo agente.

A preocupação nesse contexto, foi fortalecida por um sistema que privilegia os direitos humanos, a ordem social e jurídica e se voltam ainda mais ao crime como fenômeno científico, despertando o interesse de profissionais como psicólogos, psiquiatras e médicos, imprimindo

às pesquisas perfis sociológicos-jurídicos estabelecendo assim, um nexos causal entre o fenômeno crime e seu agente.

”

Durante este século o clima político-intelectual do estudo do crime havia se transformado profundamente. Assistiu-se, por um lado, a falência das expectativas otimistas depositadas nas reformas penais e penitenciárias que o Iluminismo estimulara: não só elas não haviam conseguido reduzir a dimensão da criminalidade, como esta aumentara e se diversificara, revelando altas taxas de incidência. (Dias; Andrade, 1997, p. 11-12)

Foi necessária uma mudança total de foco, passando-se a um questionamento voltado para a natureza e causas do crime. Nesse contexto, como resposta se insurge a chamada Escola Positiva, que defendia a ideia de um indivíduo portador de uma criminalidade congênita, condição de desajustamento, que somados a outros fatores físicos, sociais e biológicos resultavam no fenômeno crime. No campo filosófico, a Escola Positiva tem por parâmetro a doutrina do determinismo.

Tais escolas surgem no século XIX, considerando dois nexos causais para caracterizar a conduta criminoso: o físico e o psíquico que, no entanto, se revelou insuficiente em razão das diversas condutas antijurídicas que não eram crimes. A solução foi acrescentar mais um elemento, a punibilidade, ou seja, a cominação com uma pena pela lei.



## CONCLUSÃO

As revoluções liberais e, em particular a Revolução Francesa, é o grande exemplo de reação política que culminou numa mudança comportamental relevante para o futuro da sociedade e da necessidade de novas medidas que regulassem o comportamento agora imposto.

A origem de pensamentos científicos parte desse momento político-social, que contagiou a sociedade da época objetivando esperanças e ideais de liberdade com respeito à dignidade e a integridade física do homem. Inspirados por esses ideais é que foi possível

promover as grandes mudanças em todos os âmbitos sociais e, desse modo, se estenderam também ao direito onde pesquisadores na seara penal revolucionaram todo o sistema que envolvia o comportamento na sociedade buscando explicar as condutas antissociais e as razões que motivavam as práticas de crimes.

Os princípios científicos desenvolvidos ao longo da história, o surgimento das Escolas Penais e a análise do fenômeno crime, considerando as diversas estruturas sociais, se configuraram em resultados importantes para o desenvolvimento dos estudos criminológicos.

## REFERÊNCIAS

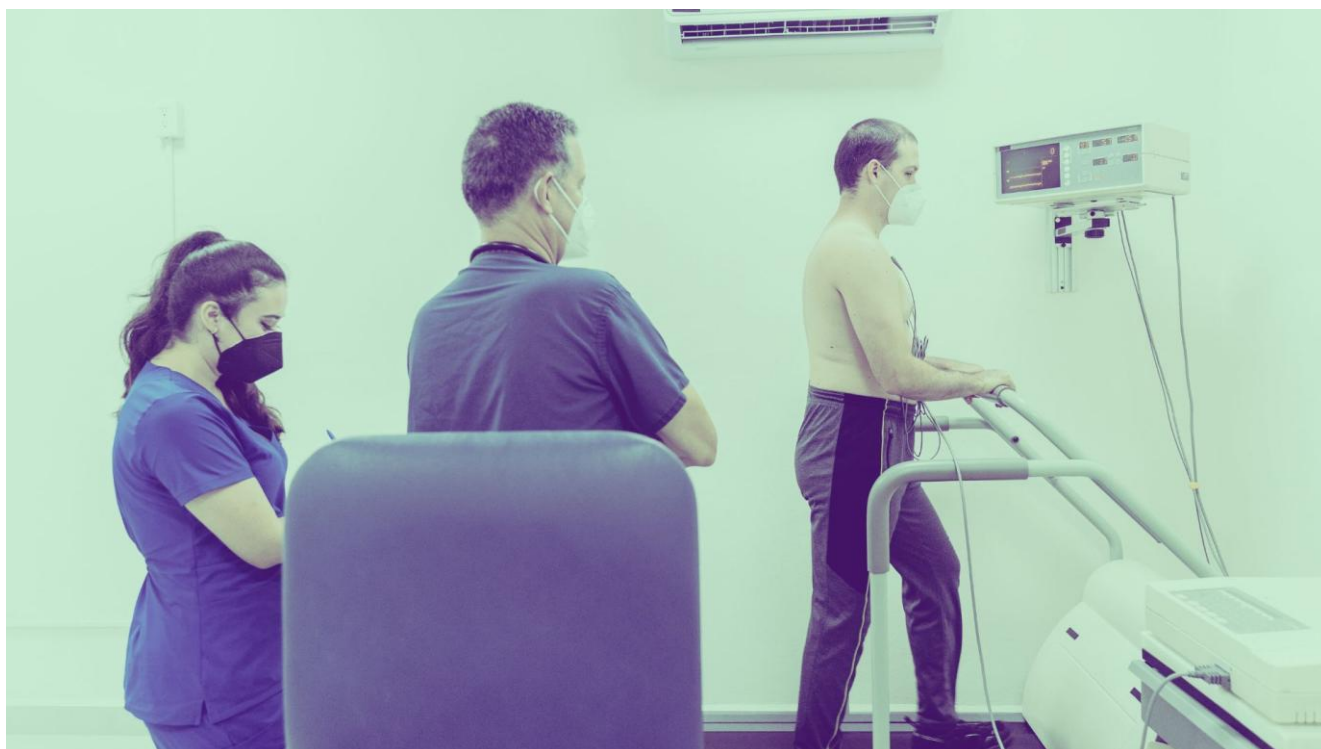
BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra Editora, 1997.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. *Criminologia integrada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: parte geral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.



ARTIGO 2 | PÁGINAS 14-19

## CONTRIBUIÇÕES DA FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**SAIMO FERREIRA DE SOUZA<sup>2</sup>**

ORIENTADORA: FERNANDA LUDMILLA LELES MANSO

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Isep México e especialista em Gestão Educacional, com formação em Pedagogia, Ciências Biológicas e Educação Física. Atua como professor regente no ensino superior na UNIASSELVI, com mais de oito anos de experiência na Educação a Distância (EAD), desenvolvendo atividades de tutoria, mediação pedagógica e acompanhamento acadêmico. Também atua como professor de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, utilizando metodologias ativas que valorizam o protagonismo dos estudantes e fortalecem a interdisciplinaridade entre a educação básica e o ensino superior.

## RESUMO

O envelhecimento populacional impõe desafios para a promoção da longevidade com qualidade de vida. Nesse contexto, a atividade física destaca-se como intervenção eficaz, com forte embasamento na fisiologia do exercício, ao proporcionar melhorias funcionais, metabólicas e cognitivas em idosos. Este artigo analisou, sob a ótica da fisiologia, os efeitos do exercício físico na prevenção de doenças e na promoção de um envelhecimento ativo e saudável. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com base em estudos indexados nas plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os resultados indicam que o treinamento físico, quando bem orientado, é capaz de modular respostas cardiorrespiratórias, neuromusculares, endócrinas e cognitivas, reduzindo riscos de comorbidades e promovendo autonomia funcional. Conclui-se que a compreensão fisiológica das adaptações ao exercício é fundamental para uma prescrição segura e eficiente, consolidando-o um dos pilares do envelhecimento saudável.

## PALAVRAS-CHAVE

Envelhecimento; Exercício Físico; Fisiologia do exercício

## INTRODUÇÃO

O avanço da expectativa de vida e o aumento da população idosa têm exigido a adoção de medidas eficazes para a manutenção da saúde e da autonomia funcional. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a projeção é que o número de pessoas com mais de 60 anos ultrapasse 2 bilhões no mundo até 2050. No Brasil, essa mudança demográfica também é expressiva, com impactos diretos sobre os sistemas de saúde e previdência, destacando a necessidade de estratégias para um envelhecimento ativo e saudável.

O processo natural de envelhecimento é marcado por mudanças fisiológicas, como a sarcopenia, a perda da densidade óssea, a redução da capacidade cardiorrespiratória e o declínio cognitivo, que comprometem a

qualidade de vida. No entanto, **estudos demonstram que o exercício físico regular pode atenuar esses efeitos, promovendo melhorias significativas no funcionamento orgânico.**

Neste contexto, a fisiologia do exercício surge como uma ferramenta essencial. Compreender as adaptações do organismo ao esforço físico é fundamental para prescrever atividades de forma segura e eficiente, especialmente para a população idosa. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar, com base em uma revisão bibliográfica, os efeitos fisiológicos do exercício físico na prevenção de doenças e na promoção de um envelhecimento saudável.



## DESENVOLVIMENTO

O envelhecimento é um processo natural caracterizado pela diminuição progressiva das capacidades fisiológicas

(Souza, Pitanga e Dias, 2023).

Nesse processo, destacam-se a sarcopenia (redução da massa muscular esquelética), a osteopenia e a osteoporose, a redução da taxa metabólica basal, alterações hormonais (diminuição de GH, testosterona e estrogênio), além da perda de eficiência nos sistemas cardiovascular, respiratório e imunológico. **Essas mudanças tornam o idoso mais vulnerável a doenças crônicas**, como hipertensão, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, além de quedas e fraturas, comprometendo sua autonomia e qualidade de vida (Souza; Pitanga; Dias, 2023).

Complementando essa visão, Anjos *et al.* (2025) apontam que, na fisiologia do envelhecimento, o corpo passa por mudanças graduais que afetam desde a estrutura celular até a atividade de sistemas complexos. As principais mudanças incluem a redução da plasticidade cerebral, o acúmulo de radicais livres e o aumento da inflamação crônica, fatores que impactam a função corporal e aumentam o risco de doenças crônicas.

Entre as transformações mais significativas, a imunossenescência — a deterioração progressiva do sistema imunológico — e as alterações nos padrões de sono (Anjos *et al.*, 2025). A imunossenescência é o processo de deterioração progressiva do sistema imunológico que ocorre com o envelhecimento. Isso torna os idosos mais vulneráveis a infecções, doenças autoimunes e câncer. Esse processo envolve mudanças tanto na imunidade inata quanto na adaptativa, resultando em menor produção de células T e B, diminuição da atividade dos linfócitos e alterações na produção de citocinas. Essencialmente, as células imunológicas sofrem alterações que as tornam

menos eficientes na resposta a ameaças. (Anjos *et al.*, 2025)

O envelhecimento também afeta os padrões de sono, que se tornam mais fragmentados e menos restauradores. Mudanças no ciclo circadiano e na produção de melatonina contribuem para um sono de baixa qualidade. Isso, por sua vez, pode ter consequências negativas para a memória, o estado de humor e a saúde física geral do idoso. (Anjos *et al.*, 2025)

Esses dois fatores, a imunossenescência e a qualidade do sono, estão intrinsecamente ligados ao declínio cognitivo. Por isso, é fundamental buscar estratégias que ajudem a retardar essas mudanças e a preservar a funcionalidade ao longo da vida (Anjos *et al.*, 2025).



Nesse cenário, o exercício físico regular, como a musculação, desempenha um papel crucial. Segundo Nascimento e Santos (2023), ele provoca adaptações fisiológicas que atenuam esses efeitos, gerando um gasto calórico elevado e contribuindo para a melhoria da força, da massa muscular e da flexibilidade articular. Contribuindo assim para a melhoria da força, da massa muscular e da flexibilidade articular, impactando positivamente a autonomia e a qualidade de vida do idoso, como, por exemplo, na prevenção de quedas e no aprimoramento do equilíbrio.

**Os autores destacam que a musculação, ao promover a manutenção muscular, contribui para a redução de sinais e sintomas de diversas condições crônicas.** A prática regular dessa modalidade, duas ou três vezes por semana, é eficaz no aumento da força, promovendo o fortalecimento de ligamentos, articulações e tendões, o que resulta em maior estabilidade e controle dos movimentos. Embora os exercícios aeróbicos também ofereçam benefícios cardiovasculares, a musculação é fundamental para homens e mulheres de todas as

idades, incluindo idosos e aqueles com preocupações de saúde.

As adaptações fisiológicas induzidas pela prática regular de musculação são extensas, conforme abordado por Nascimento e Santos (2023). Elas incluem o fortalecimento de ligamentos, articulações e tendões, o que resulta em maior estabilidade e controle dos movimentos, além do alívio de dores articulares.

A musculação também promove um aumento da massa óssea, prevenindo problemas como a osteoporose e reduzindo o risco de quedas.

Além dos benefícios físicos, Nascimento e Santos (2023) enfatizam que as adaptações fisiológicas ao exercício físico em idosos vão além. A musculação, por ser uma atividade que pode ser supervisionada, colabora no tratamento do sedentarismo e na prevenção de diversas



doenças. Os autores também salientam que **a prática regular de musculação facilita o desempenho em atividades diárias, melhora o humor e promove uma melhor qualidade de vida para os idosos**. A expectativa de vida crescente no Brasil ressalta a importância dessas adaptações fisiológicas para que os idosos busquem maior qualidade de vida.

No estudo realizado por Souza, Pitanga e Dias (2023), investigou-se as contribuições da atividade física para a saúde e a qualidade de vida na população idosa. Os resultados revelaram que todos os indicadores analisados – nutrição, comportamento preventivo, relacionamento social, controle do estresse e prática de atividade física – apresentaram escores médios satisfatórios, com valor geral de 6,4. No entanto, observou-se que os menores escores foram atribuídos à prática de atividade física e ao controle do estresse, sendo as mulheres idosas as mais afetadas por esses fatores. Os homens apresentaram média de 7,6

no componente atividade física, enquanto as mulheres registraram 5,4, evidenciando uma diferença significativa de 1,2 pontos. Quanto à frequência de exercícios aeróbicos, como caminhadas ou pedaladas, 56% dos homens e 55% das mulheres relataram realizá-los regularmente por, no mínimo, 30 minutos diários, cinco vezes por semana, conforme recomendação de Nelson (2007 *apud* Maciel, 2010).

Em relação aos exercícios de força muscular e alongamento, 88% dos homens afirmaram praticá-los sempre ou quase sempre, ao passo que, entre as mulheres, esse número caiu para 45%. Além disso, práticas cotidianas de deslocamento ativo foram mais frequentes entre os homens (67%) do que entre as mulheres (63%). As principais barreiras relatadas pelas idosas foram a ausência de companhia, desinteresse, fadiga, limitações físicas e problemas de saúde, especialmente entre aquelas com mais de 75 anos.

**Tabela 2.** Idosos do sexo masculino

<b>Idosos: 9</b>	<b>Média</b>
Nutrição	7,3
Atividade física	7,6
Comportamento preventivo	8,1
Relacionamento social	8,1
Controle do estresse	6,2

Fonte: Souza, Pitanga e Dias (2023)

**Tabela 3.** Idosas do sexo feminino

<b>Mulheres idosas: 11</b>	<b>Média</b>
Nutrição	6,7
Atividade física	5,4
Comportamento preventivo	8,2
Relacionamento social	8,4
Controle do estresse	6,5

Fonte: Souza, Pitanga e Dias (2023)



Os dados reforçam a importância da atividade física como ferramenta essencial para o envelhecimento ativo, destacando, entretanto, a necessidade de políticas e estratégias que promovam maior adesão feminina às práticas corporais regulares.

## CONCLUSÃO

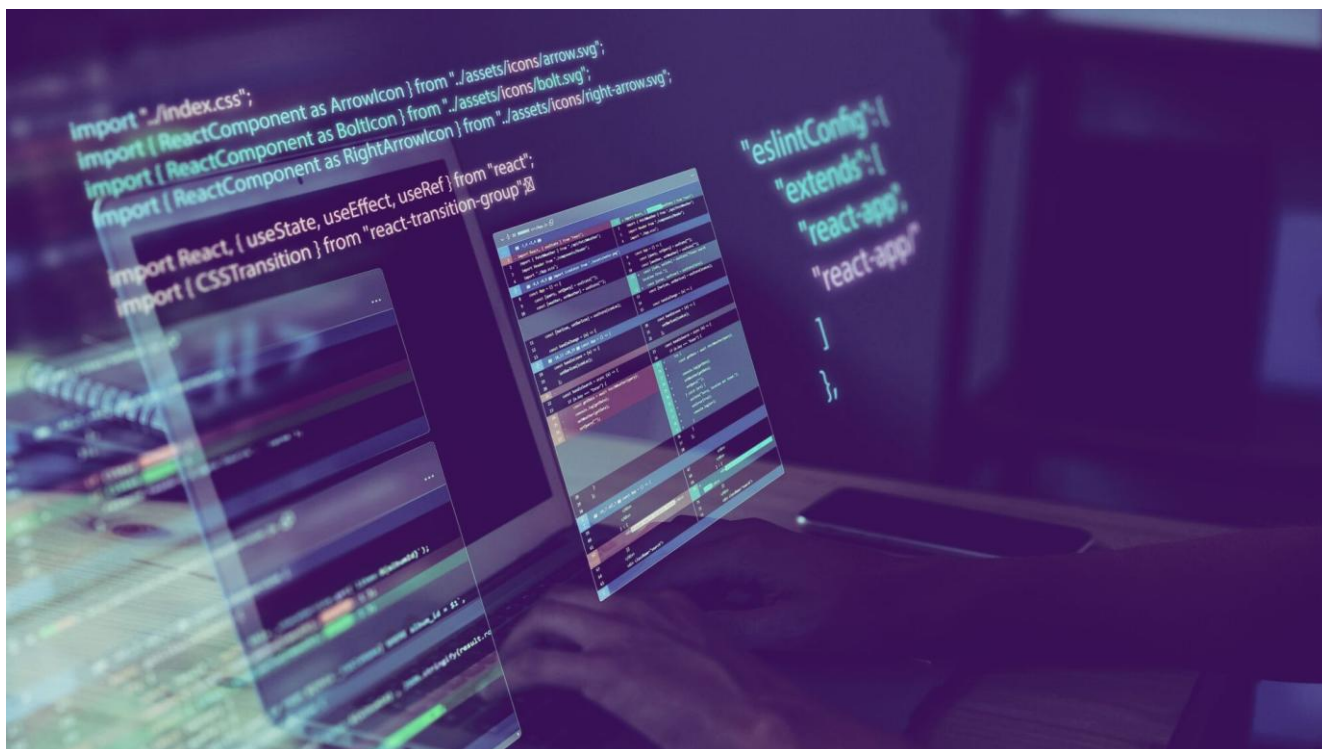
A fisiologia do exercício oferece um embasamento científico robusto para compreender as respostas do organismo à prática de atividades físicas, especialmente durante o processo de envelhecimento. As adaptações fisiológicas decorrentes do exercício são cruciais para a manutenção da funcionalidade, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida em idosos.

Dessa forma, o exercício físico deve ser promovido como uma das principais ferramentas de intervenção em saúde pública para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável. A compreensão de seus efeitos fisiológicos é, portanto, fundamental para a prescrição segura e eficaz, consolidando o exercício como um pilar essencial para a longevidade com autonomia.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Nathalia Mattos dos et al. Fisiologia do envelhecimento: desafios e estratégias para promover um envelhecimento saudável. *Caderno Pedagógico*, [S.L.], v. 22, n. 7, p. 16301-16301, 14 maio 2025. Brazilian Journals. <http://dx.doi.org/10.54033/cadpedv22n7-141>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16301>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- MACIEL, M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. *Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 1024-1032, out./dez. 2010.
- NASCIMENTO, France Willian Ávila do; SANTOS, Andréa Araújo dos. Os benefícios da musculação para idosos relacionados as adaptações fisiológicas. *Open Science Research XI*, [S.L.], v. 11, n. 0, p. 242-253, maio 2023. Editora Científica Digital. <http://dx.doi.org/10.37885/230512982>. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/230512982>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- SOUZA, Saimo Ferreira de; PITANGA, Cristiano Penas Seara; DIAS, Marion Andrade. Contribuições da atividade física na saúde e qualidade de vida do idoso. *Maiêutica Atividades Físicas, Saúde e Bem Estar*, Indaial, v. 6, n. 1, p. 27-34, jun. 2023. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/EIP/article/view/3757/1015>. Acesso em: 17 jul. 2025.





ARTIGO 3 | PÁGINAS 20-26

## DO HUMANO AO ALGORITMO: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA

**LEONARDO ANTONIO DE JESUS<sup>3</sup>**

ORIENTADORA: LARISSA DE SOUSA TERACAN

<sup>3</sup> Executivo de vendas consultivas com sólida experiência em identificar oportunidades de mercado e criar estratégias comerciais focadas em resultados. Atualmente faço parte da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Minha trajetória inclui reconhecimento em projetos premiados de gestão integrada e inovação tecnológica, como o prêmio “Gestão Integrada” no III Anuário Tele.Síntese em 2019 e minha atuação como finalista no Prêmio ABRAFAC 2020, com os projetos “Sistema de Gestão Integrado” e “Inovação em IoT”.

## RESUMO

A ascensão da Inteligência Artificial (IA) está transformando radicalmente a criação publicitária, desafiando paradigmas tradicionais e redefinindo os limites entre a criatividade humana e a eficiência dos algoritmos. Este artigo investiga como ferramentas como ChatGPT, MidJourney e DALL-E estão sendo integradas no processo criativo, analisando seus impactos na autoria, originalidade e eficácia das campanhas. Os objetivos incluem mapear as vantagens (como escalabilidade e personalização) e os riscos (como perda de autenticidade e questões éticas), além de discutir o futuro da profissão do publicitário. Conclui-se que, embora a IA otimize tarefas operacionais, o fator humano permanece essencial para a construção de narrativas emocionais e estratégicas, exigindo um equilíbrio entre inovação tecnológica e criatividade genuína.

## PALAVRAS-CHAVE

Inteligência Artificial; Criação; Algoritmos.

## INTRODUÇÃO

A **Inteligência Artificial (IA) tem revolucionado diversos setores e a publicidade não é exceção.** Nos últimos anos, ferramentas como ChatGPT, MidJourney e DALL-E passaram de experimentos tecnológicos a aliados indispensáveis na criação de campanhas, textos e artes digitais. Esse avanço traz consigo uma questão central: qual o real impacto da IA na criação publicitária, e como ela está redefinindo os limites entre a autoria humana e a produção algorítmica? Este trabalho busca explorar essa transformação, investigando não apenas os ganhos em eficiência e personalização, mas também os desafios éticos, criativos e profissionais que surgem com essa nova dinâmica.

O tema escolhido delimita-se à análise da influência da IA nos processos criativos da publicidade digital, sem abranger outras aplicações da tecnologia, como análise de dados ou automação de mídia. O foco está na intersecção entre criatividade humana e máquina, especialmente em campos como

*copywriting*, direção de arte e estratégia de conteúdo. A relevância do assunto justifica-se pelo crescimento acelerado do uso de IA no mercado publicitário, que exige uma reflexão crítica sobre seu papel na indústria – seja como ferramenta complementar, seja como possível substituto de funções antes exclusivamente humanas.

Para conduzir essa discussão, o trabalho está organizado em três etapas principais. Primeiro, será apresentado um panorama do uso da IA na publicidade, com exemplos de ferramentas e cases de sucesso. Em seguida, serão analisados os impactos práticos, incluindo vantagens (como escalabilidade e redução de custos) e desvantagens (como riscos à originalidade e questões trabalhistas). Por fim, o estudo propõe uma reflexão sobre o futuro da profissão, discutindo como publicitários podem se adaptar a esse cenário sem perder a essência criativa.

Os objetivos deste artigo são: mapear as principais aplicações da IA na criação publicitária contemporânea; avaliar os efeitos



dessas tecnologias na qualidade e autenticidade das campanhas; debater os dilemas éticos e profissionais decorrentes dessa transformação.

A justificativa para a pesquisa reside na necessidade de compreender os limites e possibilidades da IA em um mercado cada vez mais dependente de inovação. Com agências e marcas adotando soluções algorítmicas em larga escala, é urgente questionar: até que ponto a máquina pode substituir a intuição humana? Este trabalho visa não apenas documentar essa mudança, mas também oferecer insights para

profissionais que desejam equilibrar tecnologia e criatividade em suas práticas.

Ao final, espera-se que a discussão sirva como um ponto de partida para reflexões mais profundas sobre o futuro da publicidade – um futuro em que humanos e máquinas precisam coexistir, sem que um anule o valor do outro.



## 1 A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PUBLICIDADE: CONTEXTO E APLICAÇÕES

A publicidade sempre foi um campo dinâmico, adaptando-se às inovações tecnológicas ao longo das décadas. Nos últimos anos, a Inteligência Artificial (IA) emergiu como uma das principais forças de transformação no setor, redefinindo processos criativos e estratégicos. Conforme destaca Moreira (2022), “a IA não é mais uma ferramenta do futuro, mas uma realidade presente nas agências, influenciando desde a geração de insights até a produção de campanhas”.

Dentro desse contexto, é possível delimitar três áreas principais de atuação da IA na criação publicitária: *Copywriting* automatizado (ex.: ChatGPT, Jasper); Geração de imagens e vídeos (ex.: MidJourney, DALL-E); Otimização de campanhas (ex.: algoritmos de recomendação em redes sociais). Como observa Kotler (2022, p. 112):

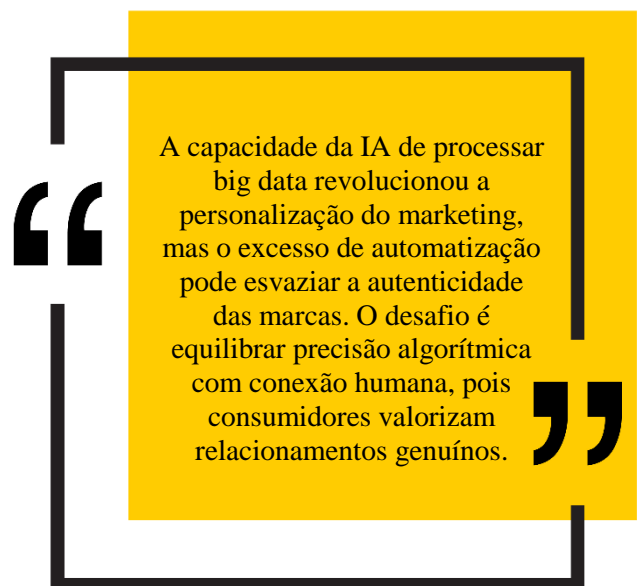
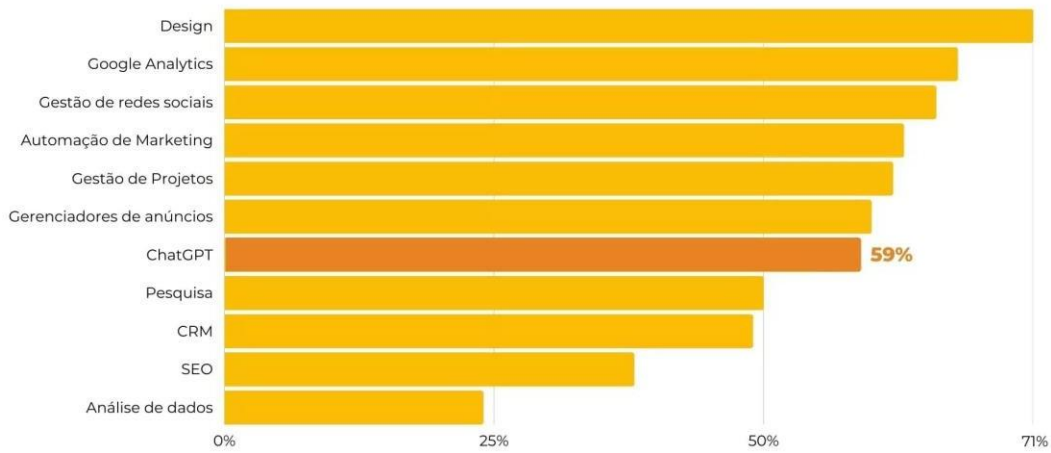


Figura 1 - Ferramentas de Marketing mais utilizadas em 2023

**Ferramentas de Marketing mais Utilizadas em 2023**

agência|mestre Publicado em Pesquisa Panorama de Marketing em Abril de 2023 | Fonte de dados: RD Station

Fonte: RD Station

A Figura 1 ilustra como ferramentas de IA crescem como ferramentas utilizadas no marketing em 2023.

## 2 Impactos da IA no Processo Criativo: Vantagens, Limitações e Casos Práticos

A inserção da Inteligência Artificial (IA) nos processos criativos da publicidade trouxe transformações profundas, redefinindo não apenas a velocidade e escalabilidade da produção, mas também levantando debates sobre originalidade, autoria e qualidade do trabalho publicitário. Nesta seção, exploraremos os impactos práticos da IA, analisando suas vantagens, limitações e casos reais de aplicação.

### 2.1 Vantagens da IA na Criação Publicitária

A IA oferece benefícios tangíveis que estão remodelando o mercado:

- **Eficiência e Redução de Custos:** Ferramentas como ChatGPT e Jasper conseguem produzir textos publicitários em segundos, eliminando horas de trabalho manual.
- **Personalização em Massa:** Algoritmos analisam dados de consumo para criar mensagens hiper personalizadas.
- **Experimentação Rápida (A/B Testing Automatizado):** Plataformas como Google Ads e Meta Ads já usam IA para testar variações de anúncios em tempo real.

## 2.2 Limitações e Riscos da IA na Criatividade

Apesar dos avanços, a IA ainda enfrenta barreiras significativas: falta de originalidade e viés de repetição. Como a IA opera com base em dados existentes, há tendência a repetir padrões: “sistemas de IA são exímios em reconhecer e reproduzir padrões históricos, mas a verdadeira inovação conceitual — aquela que rompe paradigmas — ainda requer intuição e contexto humanos” (Marcus 2020, p. 58).

## 2.3 Dificuldade em Captar Contextos Culturais e Emocionais

A IA opera com base em *datasets* pré-existentes, que podem ser enviesados, incompletos ou desatualizados. A IA não tem vivências subjetivas (como emoções, memórias ou valores culturais), essenciais para entender contextos humanos. Exemplo: um algoritmo treinado principalmente com dados ocidentais pode falhar ao interpretar símbolos culturais asiáticos ou africanos.

Tabela 1: Comparativo entre IA e criatividade humana

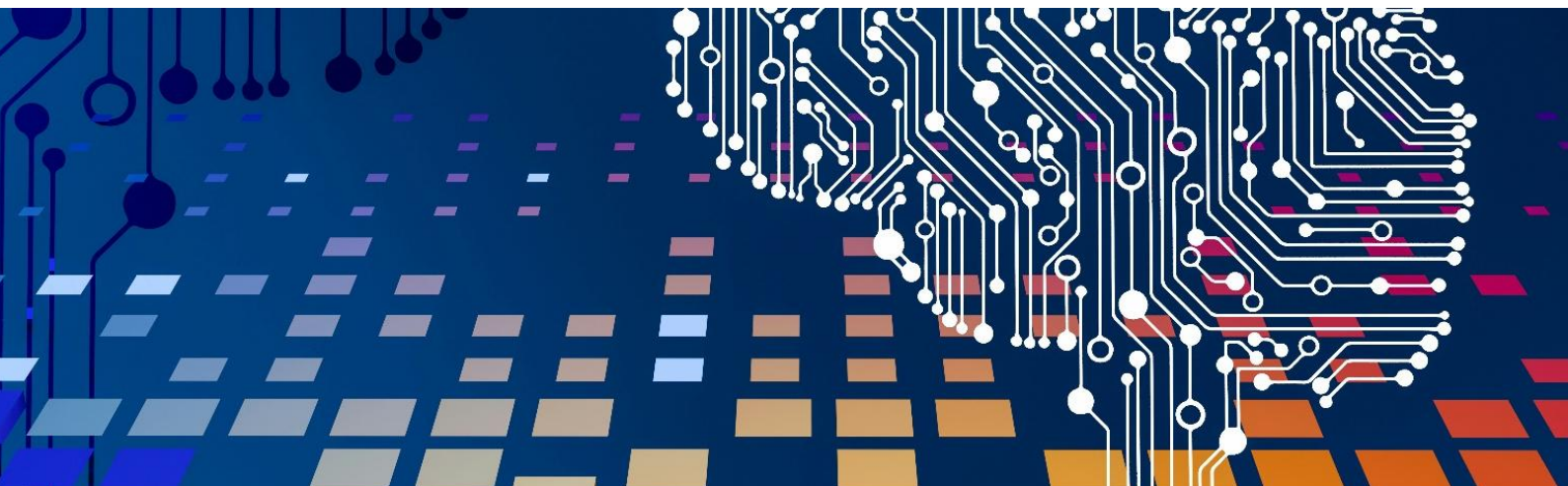
Critério	IA	Criatividade Humana
Originalidade	Limitada a dados pré-existentes	Baseada em vivências únicas
Contexto	Pode falhar em nuances culturais	Adaptação intuitiva
Velocidade	Imediata	Variável (depende do processo)

## 2.4 Síntese: IA como ferramenta, não substituição

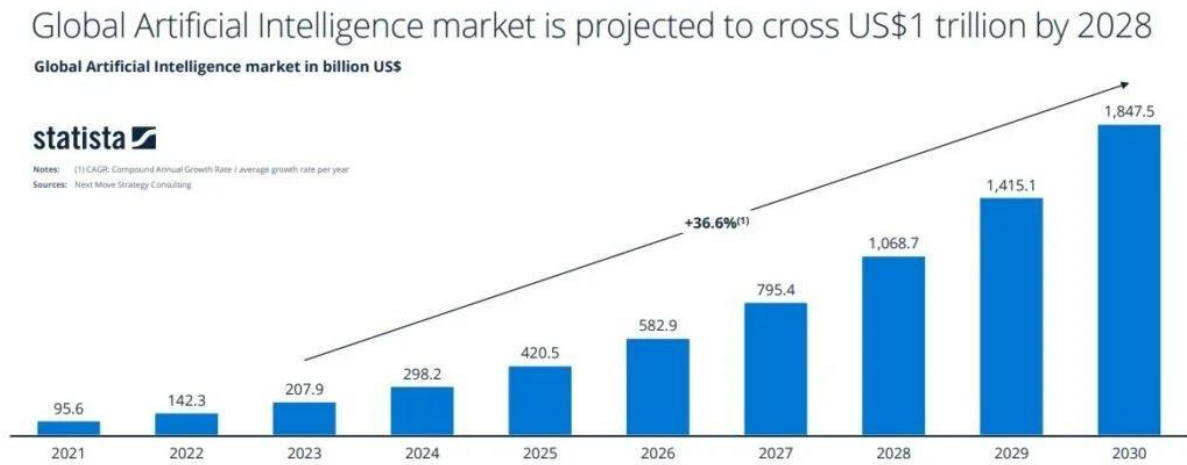
A IA é uma ferramenta poderosa, mas não substitui a intuição, empatia e capacidade crítica humana. O desafio para as agências é integrar tecnologia sem renunciar à autenticidade, garantindo que a criatividade continue a ser o coração da publicidade.

## 3 DILEMAS ÉTICOS E O FUTURO DA PROFISSÃO

A ascensão da IA também levanta questões éticas, como: Autoria: Quem é o dono de uma campanha criada por IA? Transparência: O público deve saber quando um conteúdo é gerado por máquinas? Impacto laboral: Como proteger empregos na indústria criativa?



**Figura 2: Inteligência Artificial Global marca um crescimento projetado que ultrapassa um trilhão de dólares até 2028**

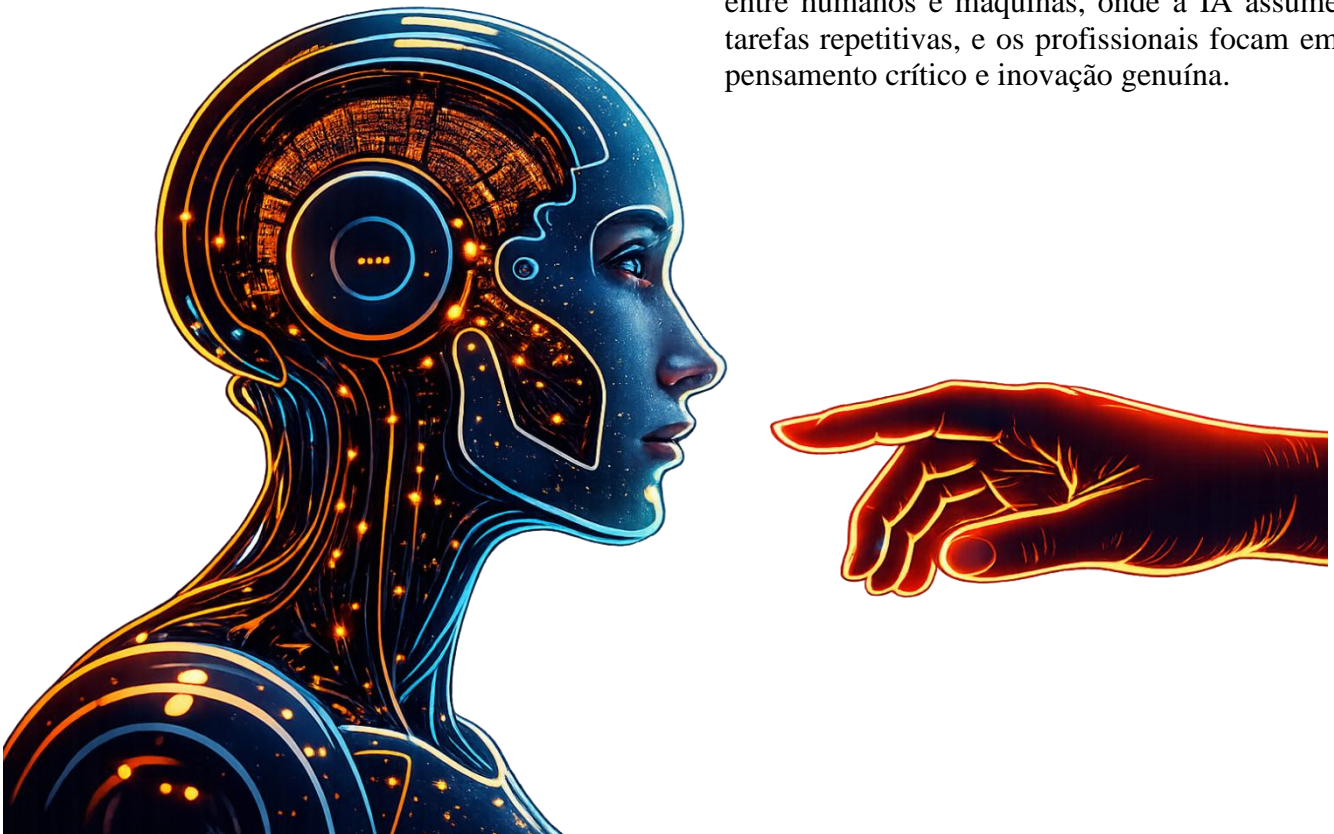


Fonte: Statista

A Figura 2 exemplifica o ciclo de crescimento previsto para as ferramentas de IA e com isso uma nova adaptação do mercado deve acompanhar a tendência.

#### 4 SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

Em resumo, a IA está redefinindo a criação publicitária, mas não sem contradições. Se, por um lado, otimiza processos e amplia possibilidades, por outro, desafia noções tradicionais de criatividade e ética. O caminho ideal parece ser uma colaboração estratégica entre humanos e máquinas, onde a IA assume tarefas repetitivas, e os profissionais focam em pensamento crítico e inovação genuína.



## CONCLUSÃO

A Inteligência Artificial (IA) já não é uma promessa futura, mas uma realidade irreversível no mercado publicitário. Com projeções indicando que o setor de IA ultrapassará US\$ 1 trilhão em investimentos até 2028, a publicidade vive um momento de transformação acelerada, onde a adaptação não é mais uma opção, mas uma necessidade estratégica. Este trabalho demonstrou que, embora a IA traga eficiência, personalização em massa e redução de custos, ela também impõe desafios complexos, como a perda de originalidade, dilemas éticos e a redefinição do papel do profissional criativo.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que a IA não substitui a criatividade humana, mas a complementa. Ferramentas como ChatGPT e MidJourney são poderosas aliadas na automatização de tarefas repetitivas, como geração de *copy* básico, testes A/B e produção de

artes iniciais. No entanto, o pensamento estratégico, a intuição emocional e a capacidade de inovar continuam sendo atributos exclusivamente humanos.

Os dados analisados também revelam uma mudança no perfil exigido dos publicitários. Se antes o domínio de *softwares* de design e redação eram suficientes, hoje é essencial entender algoritmos, saber instruir IA com prompts precisos e gerenciar criticamente seus outputs.

Profissionais que se recusam a se adaptar correm o risco de ficar obsoletos, enquanto os que abraçam a IA como ferramenta ganham vantagem competitiva. O mercado seguirá em frente, e o diferencial estará na capacidade de usar a máquina sem se tornar uma. A criatividade, afinal, sempre foi e continuará sendo a alma da publicidade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MESTRE. *Panorama do Marketing Digital 2023*: Dados sobre o Marketing Digital no Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.agenciamestre.com/marketing-digital/panorama-do-marketing-digital/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. *Marketing 5.0: Tecnologia para a Humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

MARCUS, Gary. *O Renascimento da IA: Aprendizado de Máquina e o Futuro da Inteligência*. Porto Alegre: Bookman, 2020.

MOREIRA, Carlos; SILVA, Ana. A Influência da IA nos Processos Criativos das Agências de Publicidade. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 21, n. 3, p. 45-67, 2022.

SELIA. *O Futuro promissor da IA: Projeções revelam uma explosão de oportunidades e desafios*. 2024. Disponível em: <https://www.selia.com.br/blog/crescimento-da-ia-no-mercado-global-uma-explosao-de-oportunidades-e-desafios/>. Acesso em: 10 abr. 2025.





ARTIGO 4 | PÁGINAS 27-33

# A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**FERNANDA FRAGA TUTIKIAN**<sup>4</sup>

ORIENTADORA: LUCILENE KIENEN

<sup>4</sup> Graduada em Matemática pela UFRGS, em Engenharia Civil pela PUC-RS e em Administração pela Uniasselvi. Possui pós-graduação em Gestão Pública e em Gestão de Projetos, também pela Uniasselvi. Atua como Especialista em Portfólio, Programas e Projetos no Escritório de Desenvolvimento de Projetos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com foco em gestão de processos e aprimoramento da administração pública.

## RESUMO

A administração pública brasileira enfrenta o desafio constante de entregar resultados efetivos à sociedade com recursos limitados e prazos definidos. Nesse contexto, a gestão de projetos surge como uma abordagem estratégica capaz de melhorar o planejamento, a execução e o controle das ações governamentais. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da gestão de projetos no setor público, explorando suas contribuições para a eficiência administrativa, bem como os principais desafios de sua implementação. Por meio de uma abordagem teórica e de exemplos práticos, evidencia-se que a adoção de práticas estruturadas em projetos públicos contribui para uma gestão mais eficaz, transparente e orientada a resultados.

## PALAVRAS-CHAVE

Administração pública; gestão de projetos; eficiência governamental

## INTRODUÇÃO

A crescente demanda por serviços públicos de qualidade, aliada à escassez de recursos financeiros e à necessidade de controle rigoroso sobre os gastos, impõe à administração pública o desafio de se modernizar e adotar práticas mais eficazes. Nesse cenário, a gestão de projetos tem se consolidado como uma metodologia promissora para o setor público, permitindo maior previsibilidade, controle e transparência na implementação de políticas públicas.

Historicamente associada ao setor privado, a gestão de projetos tem se expandido para o ambiente governamental, especialmente em áreas como infraestrutura, saúde, educação, tecnologia da informação e inovação institucional. A sua adoção, no entanto, exige mudanças culturais, capacitação de servidores e criação de estruturas adequadas de governança, como escritórios de projetos (PMOs), além da integração com o planejamento estratégico das instituições públicas.

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da gestão de projetos na administração pública brasileira, com foco na

aplicação de metodologias reconhecidas internacionalmente, como o Guia PMBOK (*Project Management Institute*, 2017), e nas práticas adotadas por órgãos públicos que obtiveram avanços significativos em seus projetos. Para isso, serão abordados os fundamentos teóricos da gestão de projetos, a sua aplicação no setor público, os desafios enfrentados e os benefícios percebidos. Também serão apresentados uma imagem ilustrativa do ciclo de vida dos projetos e um quadro comparativo de metodologias utilizadas no setor público. Por fim, serão trazidas as conclusões, seguidas das referências bibliográficas utilizadas ao longo da pesquisa.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade urgente de transformação da cultura organizacional da administração pública, que ainda se mostra, em muitos casos, burocrática, lenta e ineficiente. A gestão de projetos representa uma alternativa concreta para alinhar ações às metas institucionais, melhorar a prestação de serviços e aumentar a confiança da sociedade nas instituições públicas.



## DESENVOLVIMENTO

A gestão de projetos pode ser compreendida como uma disciplina que organiza e orienta esforços em direção a objetivos específicos, dentro de um prazo, orçamento e escopo previamente definidos. De acordo com o *Project Management Institute* (PMI, 2017), “gestão de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos”. Essa definição revela a complexidade do gerenciamento de iniciativas que exigem planejamento minucioso, coordenação de recursos e monitoramento constante.

No setor público, essa abordagem tem sido adotada progressivamente como resposta à necessidade de aprimorar os serviços prestados à população e garantir a entrega de resultados.



Enquanto o setor privado busca o lucro, a administração pública visa à geração de valor público, o que exige maior transparência, prestação de contas e envolvimento dos cidadãos no processo.

Para isso, a gestão de projetos precisa ser adaptada à realidade governamental, com foco em políticas públicas, orçamento público e legislação específica.

Segundo Kerzner (2017),



Organizações públicas que utilizam práticas sistematizadas de gestão de projetos tendem a alcançar maior eficiência em seus processos, além de fortalecer a governança institucional.

De maneira semelhante, Vargas (2009) observa que a cultura de projetos permite alinhar ações operacionais com o planejamento estratégico, reduzindo desperdícios e aumentando a qualidade das entregas.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa com as metodologias mais utilizadas no setor público:

**Quadro 1- Metodologias mais utilizadas no setor público**

Metodologia	Características	Aplicações comuns
PMBOK (PMI)	Baseada em processos e áreas de conhecimento	Projetos estruturais, planejamento urbano
PRINCE2	Foco em gestão e controle	Governança, auditoria, compliance
SCRUM	Ágil, iterativo, voltado à entrega contínua	Inovação tecnológica, transformação digital

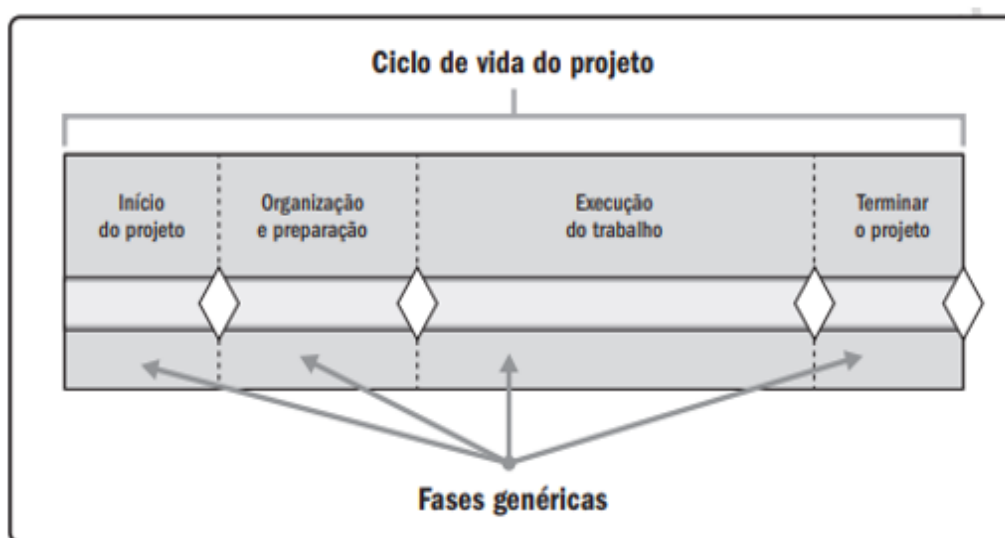
Fonte: elaboração própria (2025)



A criação de Escritórios de Projetos (*Project Management Offices* - PMOs) em órgãos públicos tem se mostrado uma prática eficaz. Esses escritórios atuam como unidades de suporte, padronizando métodos, treinando servidores e acompanhando os projetos durante

todo o seu ciclo de vida - em especial, sua execução. O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, implementou um PMO que monitora todos os projetos estratégicos do órgão, utilizando indicadores de desempenho, cronogramas detalhados e relatórios de riscos.

**Imagem 1- Ciclo de vida do projeto**



Fonte: PMBOK, 2017

Chiavenato (2005, p. 18) afirma que “a resistência à mudança é uma constante nas organizações públicas, onde tradições e rotinas arraigadas dificultam a adoção de novas práticas”. Isso evidencia um dos principais entraves para a consolidação da gestão de projetos na esfera pública: a cultura organizacional inflexível. Portanto, é necessário investir na formação e na motivação dos servidores, bem como no engajamento da alta liderança.

Deve-se, também, considerar, os entendimentos de Prado (2020) e Diniz (2018). Conforme Prado (2020), o sucesso de um projeto público depende mais da clareza do seu escopo e do comprometimento dos envolvidos do que da complexidade das ferramentas utilizadas. Segundo Diniz (2018), a adoção de tecnologia da informação como suporte à gestão de projetos é uma tendência irreversível, que

amplia a eficiência e a transparência da administração.

Weber (1999), em sua análise clássica sobre a burocracia, destaca que a racionalidade formal das instituições é essencial para o funcionamento do Estado moderno. A burocracia moderna é caracterizada pela impessoalidade, pela hierarquia de autoridade e pela administração baseada em documentos e regras. Essa estrutura, embora muitas vezes criticada por sua rigidez, oferece a estabilidade e a previsibilidade necessárias ao bom funcionamento da máquina estatal. Ao aplicar os princípios da gestão de projetos, a administração pública pode manter essa racionalidade organizacional, mas com maior foco em resultados, inovação e responsabilidade perante a sociedade (Weber, 1999).

Dessa forma, a gestão de projetos não apenas contribui para a melhoria técnica da

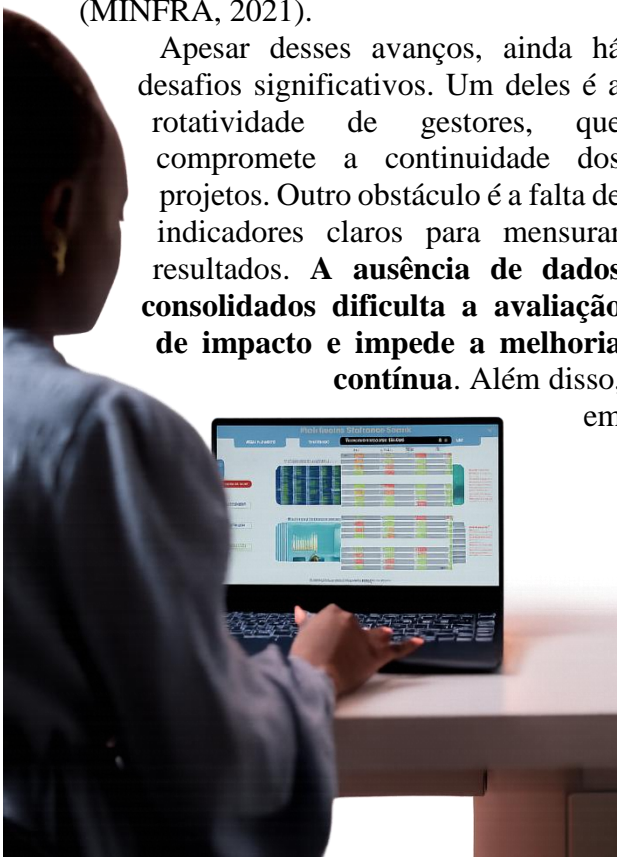


administração, mas também reforça os princípios democráticos da administração pública, ao promover a transparência, a participação e o controle social. Projetos bem estruturados entregam bens e serviços com mais qualidade, respeitando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Um exemplo expressivo de sucesso na implementação da gestão de projetos é o da Prefeitura de Curitiba. A cidade estruturou um Escritório de Projetos vinculado diretamente à Secretaria de Governo, responsável por centralizar iniciativas estratégicas, acompanhar metas e promover treinamentos internos. Segundo Rauen e Peci (2016), essa estrutura permitiu reduzir prazos de execução, melhorar a comunicação entre secretarias e alinhar ações ao Plano Plurianual (PPA).

Outro caso relevante é o do Ministério da Infraestrutura, que adotou metodologias de gestão de projetos para melhorar a eficiência na entrega de obras federais. A utilização de cronogramas integrados e painéis de controle resultou em economia de recursos e transparência nas entregas, conforme dados do relatório de gestão do próprio ministério (MINFRA, 2021).

Apesar desses avanços, ainda há desafios significativos. Um deles é a rotatividade de gestores, que compromete a continuidade dos projetos. Outro obstáculo é a falta de indicadores claros para mensurar resultados. **A ausência de dados consolidados dificulta a avaliação de impacto e impede a melhoria contínua.** Além disso, em



muitos órgãos públicos ainda persiste uma cultura avessa ao planejamento, o que favorece ações improvisadas e de curto prazo.

Para superar esses entraves, especialistas sugerem a consolidação de políticas institucionais que promovam a profissionalização da gestão pública. Isso inclui:

- (i) capacitação contínua dos servidores;
- (ii) formalização de metodologias e padrões de governança;
- incorporação da gestão de projetos no planejamento estratégico institucional; e
- (iv) fomento à cultura de resultados.

A atuação colaborativa entre entes federativos também pode ser uma estratégia valiosa. Por meio de consórcios, parcerias e redes de conhecimento, é possível compartilhar boas práticas, ferramentas e experiências bem-sucedidas. **A articulação entre diferentes esferas do governo contribui para reduzir desigualdades regionais e amplia a capacidade institucional de gestão.**

Percebe-se a importância da gestão de projetos ser entendida como um processo dinâmico e adaptável, que exige aprendizado contínuo.

Cada projeto gera conhecimentos que podem ser sistematizados e reutilizados em novas iniciativas. Assim, os órgãos públicos devem registrar lições aprendidas, documentar riscos enfrentados e revisar suas práticas regularmente, consolidando uma **cultura organizacional orientada à melhoria permanente.**

A consolidação da cultura de projetos no setor público requer não apenas instrumentos técnicos, mas também estratégias de gestão de pessoas. O engajamento dos servidores públicos é essencial para garantir que os princípios e metodologias de gerenciamento sejam incorporados ao cotidiano organizacional. Para isso, políticas de valorização profissional,

reconhecimento por desempenho e oportunidades de crescimento dentro das estruturas públicas são fundamentais.

Além disso, o uso de ferramentas digitais tem transformado a maneira como os projetos são planejados, executados e avaliados. Softwares de gerenciamento como MS Project, Trello, Asana e ferramentas do pacote Google Workspace vêm sendo progressivamente adotados por órgãos públicos. Esses instrumentos permitem a visualização clara do andamento das atividades, promovem a colaboração entre equipes e favorecem a tomada de decisão baseada em dados.

**Outro aspecto relevante é a importância da participação cidadã na formulação e acompanhamento dos projetos públicos.** A inclusão de mecanismos de consulta pública, audiências e plataformas digitais de transparência fortalece o controle social e a legitimidade das ações governamentais. Segundo Diniz (2018), o governo eletrônico amplia o acesso à informação e abre espaço para a coprodução de políticas públicas, o que representa uma evolução significativa no papel do Estado.

Cabe também destacar o papel das instituições de controle externo, como os Tribunais de Contas e o Ministério Público, na indução de boas práticas de gestão de projetos. Essas instituições têm incentivado a adoção de metodologias formais e o uso de indicadores de desempenho para avaliar a execução de políticas públicas, contribuindo para uma administração mais eficiente e responsável.

Por fim, é importante reconhecer que a gestão de projetos não resolve, por si só, todos os problemas da administração pública. Ela deve ser integrada a uma estratégia mais ampla de

modernização do Estado, que inclua a revisão de processos, o fortalecimento da capacidade institucional, a inovação tecnológica e a promoção de uma cultura organizacional orientada ao cidadão. A gestão por projetos, portanto, deve ser entendida como um meio – e não um fim – para transformar a realidade do serviço público brasileiro.



## CONCLUSÃO

Com base na análise desenvolvida ao longo deste trabalho, é possível afirmar que a gestão de projetos representa um instrumento essencial para a transformação da administração pública brasileira. Ao permitir maior controle,

planejamento e transparência, essa abordagem se mostra compatível com os princípios constitucionais da administração pública e com as demandas crescentes da sociedade por serviços mais eficientes e eficazes.



A revisão teórica demonstrou que, embora originalmente concebida para o setor privado, a gestão de projetos pode ser plenamente adaptada ao contexto público, desde que acompanhada por políticas de capacitação, estruturas institucionais adequadas e apoio das lideranças organizacionais. Experiências exitosas, como as da Prefeitura de Curitiba e do Ministério da Infraestrutura, mostram que é possível obter ganhos expressivos na qualidade da gestão e na entrega de resultados à população.

Entre os principais benefícios observados estão: a maior previsibilidade das ações, a melhoria na alocação de recursos, o fortalecimento da governança e a valorização da cultura organizacional orientada a resultados. No entanto, os desafios permanecem relevantes, como a resistência à mudança, a escassez de profissionais qualificados e a necessidade de integrar a gestão de projetos ao planejamento estratégico.

Nesse sentido, recomenda-se que os órgãos públicos priorizem a institucionalização da gestão de projetos, por meio da criação de PMOs, capacitação contínua dos servidores e uso de tecnologias que facilitem o monitoramento e a avaliação das ações. É fundamental, ainda, estimular a colaboração entre entes federativos e a sistematização das lições aprendidas, como forma de promover a aprendizagem organizacional e a inovação no setor público.

Em suma, a gestão de projetos na administração pública não é apenas uma ferramenta de gestão, mas uma mudança de paradigma que visa aproximar o Estado das necessidades reais da sociedade. Sua adoção ampla e consistente pode contribuir para a reconstrução da confiança nas instituições, a melhoria dos serviços públicos e o fortalecimento da democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- DINIZ, Eduardo. *Governo eletrônico no Brasil: perspectivas, desafios e estratégias de implementação*. São Paulo: FGV Editora, 2018.
- KERZNER, Harold. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
- MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (Brasil). *Relatório de Gestão 2021*. Brasília: MINFRA, 2021.
- PMI – Project Management Institute. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®)*. 6. ed. Newtown Square: PMI, 2017.
- PRADO, Darci. *Gerenciamento de projetos nas organizações*. 2. ed. Nova Lima: INDG, 2020.
- RAUEN, André; PECI, Alketa. Inovação na gestão pública municipal: o caso da Prefeitura de Curitiba. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 1, p. 23-48, 2016.
- VARGAS, Ricardo Viana. *Manual prático do plano do projeto*. Rio de Janeiro: Brasport, 2009
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: UnB, 1999.



ARTIGO 5 | PÁGINAS 34-39

## A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM

**RAFAELA RAMALHO WANDERLEY**

ORIENTADORA: ELYS REGINA ZILS



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os impactos das metodologias ativas, especialmente a aprendizagem cooperativa, no contexto do ensino superior. As metodologias ativas se destacam como estratégias pedagógicas que estimulam a participação ativa dos estudantes, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e colaborativa. O estudo discute os fundamentos dessas metodologias, suas vantagens e os desafios enfrentados em sua implementação nas universidades. Conclui-se que essas abordagens promovem uma aprendizagem profunda e habilidades essenciais ao contexto acadêmico-profissional contemporâneo.

## PALAVRAS-CHAVE

Metodologias ativas; Aprendizagem cooperativa; Ensino superior.

## INTRODUÇÃO

A educação superior vem enfrentando desafios significativos em relação à qualidade e à eficácia dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, as metodologias ativas têm se destacado como alternativas promissoras, propondo uma mudança do paradigma tradicional, centrado no professor, para um modelo centrado no estudante. Dentre essas metodologias, a aprendizagem cooperativa se destaca por enfatizar a colaboração entre pares como forma de potencializar o aprendizado (Hernández-de-Menéndez *et al.*, 2019).

Ao colocarem o estudante no centro do processo de aprendizagem, as metodologias ativas promovem maior engajamento, participação e desenvolvimento de competências essenciais ao mundo contemporâneo, como a capacidade de resolver problemas, trabalhar em equipe, pensar de forma crítica e aprender de maneira autônoma e contínua. Estratégias como aprendizagem baseada em problemas (ABP), aprendizagem cooperativa, ensino por projetos e sala de aula invertida têm ganhado destaque no cenário

educacional, especialmente na formação superior (Palmeira, Silva e Ribeiro, 2020).

Nesse sentido, este estudo visa compreender como as metodologias ativas, especialmente a aprendizagem cooperativa, podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa e efetiva. O objetivo é verificar e discutir os benefícios e desafios dessas abordagens pedagógicas no ensino superior, embasando-se em referenciais teóricos relevantes. A escolha desse tema se justifica pela crescente busca por inovações pedagógicas que tornem o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz, dinâmico e alinhado às reais necessidades dos alunos e das instituições de ensino.

A investigação teórica parte do pressuposto de que o uso de metodologias ativas contribui significativamente para a qualidade da aprendizagem, fortalecendo a relação entre teoria e prática e promovendo uma formação mais completa. Para tanto, serão apresentados os conceitos fundamentais sobre metodologias ativas, suas principais aplicações no ensino superior, além da análise de suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes.



## DESENVOLVIMENTO

As metodologias ativas surgiram como alternativas às práticas tradicionais de ensino, que frequentemente limitavam a participação dos estudantes a papéis passivos. Neste contexto, o estudante se torna protagonista, tendo como responsabilidade direta a construção do seu próprio conhecimento, enquanto o professor atua como mediador desse processo educativo, facilitando o aprendizado por meio de estímulos e direcionamentos pertinentes (Barbosa; Moura, 2013).

Cruz (2017) define as metodologias ativas como técnicas pedagógicas que incentivam uma participação efetiva dos alunos na construção do conhecimento. **Essas metodologias incluem uma diversidade de práticas como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos, a resolução de problemas e, especialmente, a aprendizagem cooperativa, cada uma com suas especificidades**, mas todas com o intuito comum de desenvolver maior engajamento estudantil.

Especificamente, a aprendizagem cooperativa tem conquistado espaço significativo no ensino superior devido ao seu

potencial de estimular habilidades interpessoais e cognitivas essenciais. Segundo Hernández-de-Menéndez *et al.* (2019), esta abordagem promove uma interação positiva entre estudantes, estimulando habilidades como comunicação assertiva, resolução conjunta de problemas e o trabalho colaborativo, essenciais em contextos profissionais.

Um dos pilares centrais da aprendizagem cooperativa é a **interdependência positiva** entre alunos, onde o sucesso de cada indivíduo está diretamente ligado ao **desempenho coletivo** do grupo.

Essa dinâmica, conforme destacam Marin *et al.* (2010), valoriza o diálogo, a escuta ativa e a reflexão crítica coletiva, elementos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Cruz (2017) complementa ressaltando que as metodologias ativas, especialmente a cooperativa, são essenciais para **formar indivíduos críticos, reflexivos e capazes de atuar em equipe**, habilidades indispensáveis na sociedade contemporânea. Essa abordagem educacional vai além do simples domínio técnico de conteúdo, preparando estudantes para desafios reais da vida profissional e social.

Apesar de suas vantagens claras, implementar essas metodologias não é uma tarefa fácil. Marin *et al.* (2010) apontam que

existe resistência inicial considerável tanto por parte dos professores quanto dos estudantes, acostumados a métodos convencionais onde o professor detém o controle absoluto do processo educacional, **exigindo assim mudanças profundas** na cultura institucional e pedagógica.



Outra barreira frequentemente apontada na literatura é a necessidade de **capacitação docente para aplicação adequada dessas metodologias**. Docentes necessitam de formação contínua para adquirir competências específicas que permitam mediar processos de aprendizagem ativa de maneira eficaz, promovendo o engajamento genuíno e sustentado dos alunos no processo educativo (Barbosa; Moura, 2013). Além disso, as instituições precisam fornecer suporte estrutural adequado, o que inclui salas adaptadas, materiais pedagógicos diversificados e tecnologias educacionais acessíveis. Sem esse apoio institucional, as iniciativas de metodologias ativas tendem a apresentar resultados menos satisfatórios, gerando frustrações e retrocessos pedagógicos significativos.

A aprendizagem cooperativa também favorece uma aprendizagem significativa. Isso ocorre pois o conhecimento é construído a partir de experiências reais e colaborativas, tornando o aprendizado mais conectado às necessidades concretas dos estudantes. Adicionalmente, as metodologias ativas promovem uma mudança paradigmática importante no papel do professor, de um transmissor unidirecional de conteúdo para um mediador ativo do processo de aprendizagem. Este novo papel demanda que o docente desenvolva habilidades específicas de facilitação e gerenciamento de grupos, tornando sua atuação mais complexa e exigente (Palmeira; Silva; Ribeiro, 2020).

Contudo, apesar dessas dificuldades, a adoção progressiva das metodologias ativas é amplamente recomendada pela literatura pedagógica contemporânea. Os benefícios a longo prazo dessa mudança de paradigma superam amplamente as dificuldades iniciais enfrentadas pelas instituições e profissionais envolvidos (Hernández-de-Menéndez *et al.*, 2019).

Portanto, é essencial que as instituições educativas compreendam a importância estratégica dessas metodologias e adotem

políticas institucionais claras, que incentivem e sustentem sua aplicação.

A transformação pedagógica deve ser vista não como uma tendência temporária, mas como um requisito essencial para a **evolução contínua da educação superior**.

Apesar desses desafios, as vantagens dessas metodologias são significativas. Marin *et al.* (2010) argumentam que métodos ativos proporcionam uma educação problematizadora, essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Palmeira, Silva e Ribeiro (2020) reforçam que a aprendizagem ativa contribui para maior autonomia intelectual, formando estudantes mais preparados para desafios acadêmicos e profissionais.



## CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido neste trabalho evidenciou que as metodologias ativas, particularmente a aprendizagem cooperativa, exercem um impacto significativo na melhoria da qualidade educacional no ensino superior. Observou-se que ao promover uma maior interação entre os estudantes e uma participação ativa no processo de aprendizagem, essas metodologias favorecem uma educação mais profunda e significativa. Além disso, ficou demonstrado que os alunos desenvolvem competências essenciais para o mercado de trabalho, tais como habilidades interpessoais, pensamento crítico e capacidade colaborativa, aspectos destacados amplamente pela literatura apresentada.

Outro resultado importante obtido nesta pesquisa refere-se à mudança paradigmática necessária para a implementação efetiva das metodologias ativas. A transição de um modelo tradicional, centrado no professor, para um modelo mais dinâmico e centrado no aluno exige mudanças consideráveis tanto no perfil docente quanto na estrutura institucional. Constatou-se que essa transição enfrenta resistências iniciais significativas, exigindo esforços coordenados e políticas institucionais claras que garantam o suporte necessário aos docentes e discentes durante todo o processo de implementação dessas práticas pedagógicas inovadoras.

Também ficou claro que a formação continuada de docentes é fundamental para garantir o sucesso da implementação das metodologias ativas. Os professores precisam desenvolver habilidades específicas para atuar como mediadores eficazes, facilitando e estimulando processos colaborativos e participativos de aprendizagem. As instituições devem assegurar recursos adequados, promovendo capacitações constantes que preparem os educadores para os novos desafios educacionais. Sem esse investimento em desenvolvimento profissional, a adoção dessas metodologias pode resultar limitada e insuficiente para atingir todo seu potencial educacional.

Conclui-se que, apesar dos desafios apresentados, as metodologias ativas representam uma estratégia fundamental para atender às novas demandas educacionais e profissionais da sociedade contemporânea. Recomenda-se às instituições de ensino superior que adotem progressivamente essas práticas, fornecendo o suporte estrutural necessário e incentivando uma cultura pedagógica aberta à inovação. Dessa forma, o ensino superior poderá efetivamente formar indivíduos mais capacitados, críticos e preparados para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos do século XXI.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. *B. Tec. Senac*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/349>. Acesso em: 06 maio. 2025.

CRUZ, G. B. Didática e docência no ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 250, 2017. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9J9NMWBdXffJfkhsRqfycLJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio. 2025.

HERNÁNDEZ-DE-MENÉNDEZ, M. *et al.* Active learning in engineering education. A review of fundamentals, best practices and experiences. *International Journal on Interactive Design and Manufacturing (IJIDeM)*, 13(3), 909–922, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331080132\\_Active\\_learning\\_in\\_engineering\\_education\\_A\\_review\\_of\\_fundamentals\\_best\\_practices\\_and\\_experiences](https://www.researchgate.net/publication/331080132_Active_learning_in_engineering_education_A_review_of_fundamentals_best_practices_and_experiences). Acesso em: 06 maio. 2025.

MARIN, M. J. S. *et al.* Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/PgYxhjqpFYqvYKm8HvQkDtP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio. 2025.

PALMEIRA, R. L.; DA SILVA, A. A.; RIBEIRO, W. L. As Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem em Tempos de pandemia: A utilização dos recursos tecnológicos na educação superior. *HOLOS*, 5, 1–13, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10810>. Acesso em: 06 maio. 2025.





ARTIGO 6 | PÁGINAS 40-45

## A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE DA COLEÇÃO HISTÓRIA: SOCIEDADE & CIDADANIA (PNLD 2024–2027)

**DAIANA SANTOS DA SILVA**<sup>5</sup>

ORIENTADORA: DAISY LIBORIO

<sup>5</sup> Professora de História na rede municipal de Cascavel - CE. Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui especialização em Coordenação Pedagógica e Cultura Afro-Brasileira pela Uniassevi e em Ensino de História pela Facuvale. Dedicou-se ao estudo da utilização de desenhos animados como fontes históricas e à sua aplicação no ensino de História. E-mail: daianasilva888@gmail.com.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central problematizar e evidenciar a invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos de História, por meio de uma análise da coleção *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. A coleção é destinada às turmas do Ensino Fundamental II e foi adotada pela rede municipal de ensino de Cascavel - CE como parte do PNLD para o período de 2024 a 2027. Com base nos aportes teóricos, a investigação buscou compreender como a ausência de representatividade das mulheres negras nos materiais didáticos contribui para o silenciamento histórico e para a reprodução de desigualdades. Diante disso, por meio dos dados obtidos, pôde-se concluir que, mesmo após a promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, as mulheres negras continuam invisíveis nas narrativas escolares, diminuindo o seu protagonismo.

## PALAVRAS-CHAVE

Mulheres; negras; invisibilidade

## INTRODUÇÃO

As instituições educacionais estão diretamente inseridas na sociedade e, por isso, sofrem suas influências — sejam elas benéficas ou prejudiciais. Diante dessa realidade, ao compreendermos o racismo estrutural no Brasil, torna-se evidente que as escolas não estão isentas da responsabilidade de promover políticas educacionais que combatam a exclusão e a discriminação étnico-racial.

Nos anos recentes, com as discussões sobre étnico-raciais sendo movimentadas na sociedade, as instituições educacionais têm sido estimuladas a trabalhar com essa temática junto com seus alunos e professores, principalmente, com a modificação do artigo 26 - A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – alterado através da implementação da Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08–, que define que conteúdos referentes à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, sejam incluídos nos currículos educacionais. A modificação foi implementada para ampliar o conhecimento dos discentes

sobre a cultura africana e indígena, além de minimizar as disparidades raciais existentes nos contextos sociais.

No entanto, ao se pensar nas discriminações raciais, no ambiente escolar, elas não estarão presentes apenas em ações discriminatórias, práticas racistas ou o silenciamento dos currículos, mas também nos livros didáticos, uma das principais ferramentas de ensino e pesquisa do professor. A partir disso, compreende-se que muitas figuras históricas negras são apagadas em comparação com os personagens brancos, percebendo que em vez de minimizar o racismo, acaba os disseminando. E, principalmente, quando se trata de mulheres negras, esse impacto do esquecimento é ainda maior, dado que muitas vezes os alunos podem folhear mais de 300 páginas e não ter nenhuma menção. Desse modo, essa lacuna contribui para o apagamento histórico e cultural dessas mulheres, reforçando estereótipos e desigualdades raciais e de gênero.



A partir disso, esta pesquisa tem como objetivo central problematizar a invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos, analisando com mais especificidade, a coleção “*História: Sociedade & Cidadania*” do autor

Alfredo Boulos Júnior. A coleção foi uma das opções do PNL (Plano Nacional do Livro e do Material Didático) para o Ensino Fundamental II da rede municipal de Cascavel - CE para ser utilizada de 2024 a 2027.

## DESENVOLVIMENTO

O livro didático é o principal e, por vezes, o único livro com que os estudantes entram em contato durante o ensino básico, além de ser um importante material didático para que o professor se apoie na preparação e condução das aulas. **Os livros didáticos se apresentam como os instrumentos de trabalho mais usados** que integram o que podemos chamar de tradição escolar de professores e alunos, fazendo parte do cotidiano escolar há **pelo menos dois séculos** (Bittencourt, 2009). Por conta disso, existem relações de poder na construção e na aplicação deste livro. No processo de construção, o livro didático possui uma variedade de significados e interpretações, além de estar sendo direcionado de acordo com os interesses de um autor ou editora. Sendo assim, tudo o que está sendo evidenciado, apagado ou silenciado está de acordo com a vontade de alguém, por isso, deve ser escolhido e utilizado de forma criteriosa. Para Bittencourt (2009) o livro didático é “um objeto de múltiplas facetas, uma produção cultural, uma mercadoria, suporte de métodos pedagógicos e um veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade”. Portanto, um instrumento que não deve ser banalizado. E ao olharmos pela perspectiva da aplicação, seria por conta do poder que o livro didático possui em contribuir na anulação de relações de poder, estereótipos e preconceitos. Afinal, é um instrumento que pode mostrar a esses alunos a necessidade de combater o racismo que esteja presente na educação.

A partir disso e compreendendo o papel do livro didático no processo de ensino-aprendizagem, a proposta da pesquisa é observar a presença de mulheres negras nos processos históricos sendo silenciadas nos livros didáticos. Por vezes, elas possuem apenas uma breve citação ou sendo colocada em pequenos quadros deslocados dos conteúdos dos capítulos. Por muito tempo, as mulheres foram impedidas de ter uma participação ativa dentro da sociedade, o direito ao voto, conquistado tardiamente no Brasil, é um exemplo disso. Entretanto, mesmo com os avanços e conquistas do gênero, continuam invisíveis. Além disso, de acordo com Andrade (2021):

pode ser constatada a falta de representatividade dos povos negros enquanto produtores de histórias e culturas nos currículos escolares. [...] essa lacuna interfere negativamente, sobremaneira, na constituição de memórias para o empoderamento identitário, especialmente por parte dos alunos afrodescendentes.

Ademais, segundo Muniz Sodré (1999), a identidade é constituída ao longo da vida e da convivência junto ao(s) outro(s). E é dessa relação com o(s) outro(s), ao pensar sobre quem é e de onde veio, ao rememorar sua história, memórias e feitos históricos ao grupo do qual faz parte, que se proporciona a constituição da identidade do sujeito, inclusive coletiva, o que lhe confere um sentimento de pertencimento de grupo. Dessa forma, quando figuras negras são representadas no material didático, estão quase sempre ao olhar do colonizador, do branco e do europeu, assim estando em um local de subalternização. E, com a cultura negra sendo subalternizada, os jovens negros não conseguem se perceber e se identificar com a sua própria cultura e acabam levando ao esquecimento de uma identidade e memória construída pela resistência negra.

Outrossim, quando se trata das mulheres, a historiografia acaba sendo silenciosa em ocultar sua participação. Dessa forma, se as mulheres brancas acabam por ser afetadas, quando se trata das mulheres negras, elas quase não existem. Assim, Andrade (2021) discute que



“as mulheres brancas são citadas apenas em alguns fatos, as negras são representadas, quase sempre, em posição de subordinação. Vale ressaltar que esse silenciamento é muito mais historiográfico do que histórico, ou seja, as mulheres negras fazem parte dos processos históricos, mas quando a história é narrada e problematizada em sala de aula e nos livros didáticos elas não são lembradas.

Por conta disso, o interesse da pesquisa concentra-se na análise dos livros didáticos “*História: Sociedade & Cidadania*” das turmas do 6º ao 9º ano, para perceber um silenciamento em relação à participação da mulher negra nos processos históricos ou se reservam espaços para o contato dos alunos com a cultura e identidade negra, principalmente, servindo como representatividade para alunas negras.

No acesso ao site oficial da editora, somos apresentados aos objetivos do livro didático “*História: Sociedade & Cidadania*”. A obra busca promover o saber aceito pela comunidade de historiadores, a diversidade cultural brasileira e o convite para que os estudantes construam o conhecimento histórico. Além disso, destaca o uso das competências da BNCC e seus textos acessíveis para os estudantes, buscando impulsionar a capacidade de ler, escrever e argumentar com autonomia e juízo. Em busca de contribuintes para a construção do livro, o principal nome em destaque é de Alfredo Boulos Júnior. Boulos é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP).

Ao acessar os livros, entende-se que se trata de uma coleção em que é dividido em eixos temáticos, traz uma linguagem apropriada para os alunos do Ensino Fundamental II (carrega elementos que fazem parte do cotidiano desses alunos, os aproximando do assunto), oferece roteiros de leituras de texto, imagens e mapas. Possui atividades mistas, abrangendo questões objetivas e subjetivas, além de fornecer links de outras fontes para enriquecer o aprendizado. Em relação à História do continente africano, as obras estão dentro do esperado, portanto atendem ao que a Lei 10.639/03 determina, porém, em relação à participação das mulheres

negras na História, pudemos perceber o silenciamento que, infelizmente, é comum nos materiais didáticos e no currículo escolar.

Em relação às mulheres negras apenas um nome é citado no livro do 6º Ano do Ensino Fundamental, que é o da rainha Amanishaketo do Reino de Kush (42 a. C - 12 a. C), tendo seu destaque no tópico “Candice, a mulher na política”. No livro do 7º ano, no tópico “Iorubás no Brasil”, ao abordar sobre a influência da arte de matriz iorubá sendo vista na Bahia, é citada a cantora Margareth Menezes (cantora, produtora e compositora). Nessa perspectiva, mesmo não sendo uma figura que tenha influenciado diretamente a historiografia, o nome da artista foi o único de uma mulher negra citado no livro. Ao chegar nos anos finais, no livro do 8º ano, consegue-se perceber um contraste maior entre mulheres brancas e negras. Por ser um momento dos livros didáticos em que se discute revoluções, como a inglesa e a francesa, nomes como Ana Bolena, Elizabeth I ou Maria Antonieta possuem um destaque maior, possuindo textos e imagens próprios para elas, o que não difere deste livro.

No entanto, a crítica não é sobre esses nomes serem reconhecidos como importantes para a História, aliás torna-se essencial que mais mulheres possam ocupar espaços dentro da historiografia, a problematização fica quando, finalmente, o nome de uma mulher negra é citado, no caso da Chica da Silva (ex-escrava que conseguiu ascender socialmente por meio do casamento com um contratador de diamantes), a citação limita-se a uma única linha.

Portanto, percebe-se que não há um desenvolvimento de seu impacto dentro do sistema colonial de Minas Gerais no século XVIII, levando o aluno a olhar esse nome com dois possíveis destinos: passar despercebido ou ser esquecido. Por fim, no livro do 9º ano, mesmo havendo algumas figuras femininas citadas no livro, como Dilma Rousseff e Simone Segouin, nenhuma negra foi discutida no livro didático.

Figura 1: Espaço destinado a Elizabeth I



Fonte: Boulos Junior, 2018.



Pela análise, percebe-se que embora os livros tenham tido muitas oportunidades para citar as mulheres negras e suas contribuições para a História, como Tereza de Benguela, Dandara, Tia Simoa, Mariana Crioula e muitas outras, ele se limita a dar “migalhas” a essas figuras e para dar um tom de representatividade, destina a elas somente imagens ilustrativas de mulheres negras de modo geral (sem identificar nomes) e sempre em conteúdos nos quais se espera que sejam abordados temas sobre os negros. Assim,

percebe-se que traz uma lacuna muito grande em relação à representação das mulheres negras, mas também para mulheres brancas, mesmo que não na mesma medida. Então, o gênero também acaba por ser um fator de discussão.

## CONCLUSÃO

Com a análise dos livros didáticos, constata-se a invisibilidade das mulheres negras em seu conteúdo. Essa omissão contribui para o reforço de estereótipos e as coloca em locais subalternizados, negando às alunas negras referências positivas e empoderadoras.

Nessa perspectiva, em relação às prioridades dos livros, os homens brancos possuem um lugar prioritário, as mulheres brancas vêm logo depois, e os homens negros possuem um local de destaque um pouco melhor em relação, a última classificação, as mulheres negras. Mesmo com a promulgação da lei 10.639/03 representar um avanço muito significativo em prol de uma educação antirracista, o que vemos é uma longa caminhada entre a obrigatoriedade da lei e sua efetiva implementação. Sendo assim, percebe-se a perpetuação do racismo que se mostra cada vez mais latente em nossa sociedade, em que o negro é sempre destinado a um lugar subalterno, tendo seu protagonismo voltado apenas aos períodos de escravidão e pequenas linhas nos livros, e, especificamente no caso das mulheres negras, ao esquecimento.

Diante disso, torna-se urgente a revisão dos materiais didáticos sob uma perspectiva antirracista e inclusiva. É essencial que o currículo escolar incorpore a diversidade étnico-racial do Brasil, garantindo que todas as identidades estejam representadas de forma justa e crítica e que atribua oportunidade a tantas meninas negras, principalmente em comunidades carentes, não conseguem ter representações de figuras negras em ascensão social, possa ver seu gênero e cultura sendo valorizados e propagados como ricos.

# REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Carolina da Silva. *A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos de História: desafios para uma pedagogia decolonial*. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, sociedade & cidadania: ensino fundamental: anos finais – 6º ao 9º ano*. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.394*. Alterada pelas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 jun. 2025.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.



ARTIGO 7 | PÁGINAS 47-53

## O ENSINO DE ARTES NAS ESCOLAS: FUNDAMENTOS LEGAIS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**EDSON PEREIRA BARROS LIMA**<sup>6</sup>

ORIENTADORA: CLEICIELI APARECIDA ANDRADE ERMONGE

<sup>6</sup> Graduado em Licenciatura em Música pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pós-graduado em Arte e Educação e Gestão Escolar, pela Uniasselvi. Graduado em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, pela Uninter. Atualmente, é professor de Arte-Educação, na Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista, no município de Nova Russas - CE. Concilia a carreira docente com a carreira artística, tendo em vista que também é cantor-compositor de MPB, no qual, usa o pseudônimo Edson Flores.

## RESUMO

O presente artigo discute a importância do ensino de Artes na Educação Básica brasileira, destacando seu papel na formação integral dos estudantes, no desenvolvimento da sensibilidade estética, da criatividade e do pensamento crítico. A análise se baseia em documentos normativos como a Constituição Federal, a LDB e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que asseguram a obrigatoriedade e o valor pedagógico da Arte no currículo escolar. Embora reconhecida legalmente, a disciplina ainda enfrenta desafios como a falta de professores especializados, infraestrutura inadequada e a necessidade de valorização institucional. O texto propõe que a efetivação de um ensino de Artes de qualidade depende da articulação entre políticas públicas, formação docente continuada e práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

## PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Artes; Educação Básica; BNCC

## INTRODUÇÃO

**O ensino de Artes nas escolas brasileiras é um componente fundamental para a formação integral dos estudantes, sendo reconhecido pela legislação nacional como parte obrigatória da Educação Básica.** Essa área do conhecimento vai muito além do ensino técnico das linguagens artísticas, pois contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, estimulando a criatividade, a sensibilidade estética e o pensamento crítico. Além disso, a Arte promove a valorização da diversidade cultural, fortalecendo a identidade dos alunos e a compreensão das múltiplas expressões culturais presentes na sociedade brasileira.

A inclusão formal da Arte no currículo escolar é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que destaca sua importância para a formação cultural e crítica dos educandos. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, reforçou esse entendimento ao estabelecer as

competências gerais da Educação Básica e organizar o ensino da Arte em suas diferentes linguagens: artes visuais, música, dança e teatro. A BNCC propõe uma abordagem interdisciplinar e integradora, enfatizando a criação, a apreciação e a contextualização das manifestações artísticas, sempre valorizando a pluralidade cultural brasileira e o protagonismo dos estudantes no processo educativo.

Entretanto, apesar do reconhecimento legal e das orientações curriculares, a efetiva implementação do ensino de Artes enfrenta inúmeros desafios. A desvalorização histórica dessa disciplina, tanto no âmbito institucional quanto social, reflete-se na escassez de professores qualificados, na precariedade da infraestrutura escolar e na ausência de políticas públicas específicas que promovam a área com a devida prioridade. Ademais, a pressão por resultados em avaliações externas tem relegado o ensino de Artes a uma posição secundária em muitas escolas, prejudicando a qualidade e a continuidade das atividades artísticas.



## DESENVOLVIMENTO

O ensino de Artes na Educação Básica brasileira possui respaldo legal consolidado, sendo reconhecido como componente fundamental para a formação integral dos estudantes.

“

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) assegura, em seu Artigo 26, § 2º, a obrigatoriedade do ensino de artes, destacando sua importância no desenvolvimento da capacidade estética, crítica e expressiva dos alunos.

Essa determinação evidencia que a Arte não deve ser vista como disciplina acessória, mas como elemento central no processo educacional, capaz de fomentar a sensibilidade e a criatividade necessárias para a construção do conhecimento e da cidadania.

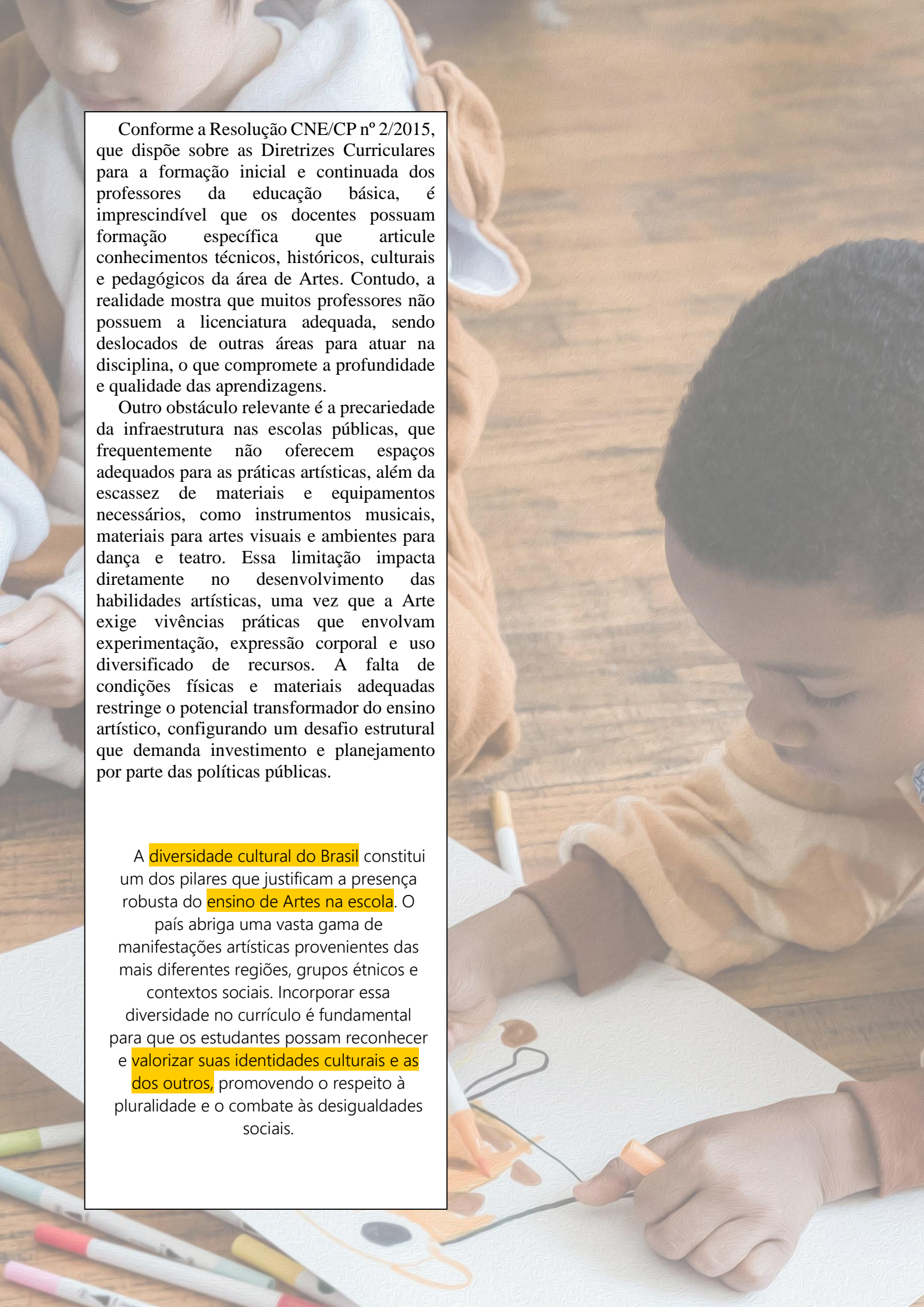
Além disso, a Constituição Federal de 1988 reforça a relevância da Arte na educação ao estabelecer, em seu Artigo 3º, que um dos objetivos fundamentais da República é promover o **desenvolvimento da pessoa humana e o exercício da cidadania**. A Arte contribui significativamente para esses fins ao proporcionar aos estudantes experiências que ampliam suas percepções sobre o mundo e estimulam a construção de uma identidade cultural plural e consciente. Assim, o ensino de Artes emerge como uma prática pedagógica que articula dimensões cognitivas, emocionais e sociais, ampliando as possibilidades de formação integral previstas na legislação brasileira.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, representa um marco na estruturação do ensino de Artes, ao

organizar as aprendizagens em quatro linguagens específicas: artes visuais, música, dança e teatro. A BNCC propõe uma abordagem centrada nos eixos “criar, apreciar e contextualizar”, que orienta a prática pedagógica para além do fazer técnico, estimulando a reflexão crítica e o diálogo com as manifestações culturais diversas presentes na sociedade brasileira. Tal organização busca dar voz ao protagonismo dos estudantes, valorizando suas experiências e expressões culturais, o que contribui para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

Apesar do amparo legal e curricular, a efetiva implementação do ensino de Artes enfrenta inúmeros desafios, especialmente no contexto das escolas públicas. Um dos principais entraves é a insuficiência e a desvalorização dos profissionais habilitados para ministrar as disciplinas artísticas.





Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, é imprescindível que os docentes possuam formação específica que articule conhecimentos técnicos, históricos, culturais e pedagógicos da área de Artes. Contudo, a realidade mostra que muitos professores não possuem a licenciatura adequada, sendo deslocados de outras áreas para atuar na disciplina, o que compromete a profundidade e qualidade das aprendizagens.

Outro obstáculo relevante é a precariedade da infraestrutura nas escolas públicas, que frequentemente não oferecem espaços adequados para as práticas artísticas, além da escassez de materiais e equipamentos necessários, como instrumentos musicais, materiais para artes visuais e ambientes para dança e teatro. Essa limitação impacta diretamente no desenvolvimento das habilidades artísticas, uma vez que a Arte exige vivências práticas que envolvam experimentação, expressão corporal e uso diversificado de recursos. A falta de condições físicas e materiais adequadas restringe o potencial transformador do ensino artístico, configurando um desafio estrutural que demanda investimento e planejamento por parte das políticas públicas.

A diversidade cultural do Brasil constitui um dos pilares que justificam a presença robusta do ensino de Artes na escola. O país abriga uma vasta gama de manifestações artísticas provenientes das mais diferentes regiões, grupos étnicos e contextos sociais. Incorporar essa diversidade no currículo é fundamental para que os estudantes possam reconhecer e valorizar suas identidades culturais e as dos outros, promovendo o respeito à pluralidade e o combate às desigualdades sociais.

A BNCC reforça essa perspectiva ao destacar a importância de dialogar com as expressões culturais locais, regionais e nacionais, estimulando o sentido de pertencimento e a cidadania cultural dos alunos.

A interdisciplinaridade aparece como uma estratégia pedagógica potente para ampliar a relevância do ensino de Artes. A possibilidade de integrar as linguagens artísticas a outras áreas do conhecimento, como História, Geografia, Literatura e Ciências Sociais, enriquece a aprendizagem e promove uma compreensão mais ampla e crítica dos temas abordados. Por exemplo, o estudo da música regional pode ser articulado à história da formação social brasileira, enquanto as artes visuais podem colaborar para a reflexão sobre questões ambientais e urbanas. Essa transversalidade fortalece a função social da Arte, reconhecendo sua capacidade de dialogar com múltiplos saberes e contextos.

A avaliação no ensino de Artes demanda um olhar sensível e diferenciado, que respeite a natureza subjetiva, criativa e processual da aprendizagem artística. A LDB e a BNCC orientam que a avaliação seja formativa, centrada no desenvolvimento contínuo do aluno e na valorização de sua autonomia e protagonismo. Essa abordagem rompe com modelos avaliativos tradicionais, que privilegiam resultados objetivos e classificatórios, e busca reconhecer os múltiplos aspectos da produção artística, como a experimentação, o engajamento e a reflexão crítica. Avaliar em Arte, portanto, é compreender que o processo é tão importante quanto o produto final, valorizando a diversidade de expressões e experiências dos estudantes.

No contexto social, o ensino de Artes desempenha papel transformador e inclusivo, especialmente em comunidades vulneráveis. Projetos de arte-educação desenvolvidos em contextos de exclusão social têm demonstrado o potencial da Arte para promover a autoestima, fortalecer a identidade cultural, ampliar horizontes e contribuir para a construção da cidadania. Essas iniciativas evidenciam que a Arte não apenas enriquece o repertório cultural, mas também atua como ferramenta de

resistência, denúncia social e esperança. A prática artística nesses espaços pode favorecer a superação de desigualdades e a construção de novas narrativas para os sujeitos envolvidos.

**A valorização do professor de Artes é fundamental para a consolidação do ensino de qualidade.** Para tanto, é imprescindível garantir formação inicial sólida e continuada, condições adequadas de trabalho, autonomia pedagógica e reconhecimento profissional. A construção de uma carreira docente que valorize as especificidades da Arte contribui para a motivação e o comprometimento dos professores, fatores essenciais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, críticas e inclusivas. Investir no professor é investir na qualidade da educação artística e, conseqüentemente, na formação integral dos estudantes.

A **integração das tecnologias digitais** no ensino de Artes representa uma oportunidade para ampliar as possibilidades de criação, experimentação e difusão cultural.

Vivemos em uma era marcada pela convergência entre linguagens tradicionais e novas mídias, o que demanda dos educadores atualização constante e capacidade para mediar práticas que dialoguem com o mundo contemporâneo. A utilização de recursos digitais, softwares de criação, plataformas virtuais e redes sociais pode potencializar o aprendizado artístico, tornando-o mais dinâmico, interativo e conectado com as experiências dos alunos.

O ensino de Artes também desempenha papel essencial na promoção da saúde emocional e do bem-estar dos estudantes. Em ambientes escolares frequentemente marcados por conflitos, desigualdades e desafios socioemocionais, **a Arte surge como um espaço de acolhimento, expressão e construção de sentidos.** Por meio da criação artística, os estudantes têm a oportunidade de externalizar emoções, refletir sobre suas experiências e desenvolver habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência e



autoconhecimento. Essa dimensão afetiva do ensino de Artes está alinhada aos princípios da Educação Integral, que valorizam o desenvolvimento global do indivíduo.

Outro aspecto fundamental é a articulação entre a escola e os espaços culturais da comunidade, como museus, teatros, centros culturais, grupos artísticos e manifestações populares. Essa conexão amplia o repertório cultural dos estudantes e fortalece sua identidade, inserindo-os em redes de sociabilidade que potencializam o aprendizado e a valorização da cultura local. A BNCC reconhece a importância dessa interlocução, orientando que o ensino de Artes contemple experiências que ultrapassem os muros da escola, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares.

A educação artística deve contemplar, ainda, o reconhecimento e o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe que permeiam a sociedade brasileira. O ensino de Artes pode funcionar como espaço para a desconstrução de preconceitos e para a valorização da diversidade, promovendo a inclusão e a justiça social. Abordar essas questões por meio da Arte permite que os estudantes reflitam criticamente sobre as estruturas sociais e desenvolvam uma consciência ética e política fundamentada no respeito às diferenças.

A reflexão sobre o papel da Arte na contemporaneidade é indispensável para atualizar e dinamizar o ensino.

As linguagens artísticas estão em constante transformação, incorporando novas formas de expressão e dialogando com fenômenos sociais, políticos e culturais atuais. O ensino deve preparar os alunos para compreender essas dinâmicas, estimulando a criatividade e o pensamento crítico frente a uma realidade em constante mudança.

**A participação ativa dos estudantes no processo de criação artística é essencial para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo.** O ensino de Artes deve incentivar que os alunos sejam produtores de cultura, estimulando a experimentação, a pesquisa e a expressão de suas próprias visões de mundo. Essa postura contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e capazes de intervir em seus contextos sociais.

O currículo de Artes deve ser flexível e sensível às necessidades e contextos dos alunos, permitindo adaptações que valorizem as experiências e as particularidades locais. Essa contextualização é fundamental para tornar o ensino significativo e relevante, promovendo a inclusão e o engajamento dos estudantes.

A construção de políticas públicas específicas para o ensino de Artes é necessária para garantir sua efetivação. Isso envolve desde a alocação de recursos financeiros e humanos até a formulação de diretrizes que orientem as práticas pedagógicas, a formação docente e a avaliação.

A promoção de concursos públicos para professores de Artes, a oferta de cursos de formação continuada e o investimento em infraestrutura escolar são medidas essenciais para assegurar a qualidade do ensino artístico.

Por fim, a efetivação do ensino de Artes de qualidade exige o comprometimento conjunto de gestores públicos, educadores, famílias e comunidades, atuando de forma articulada para construir uma educação plural, democrática e humanizadora.

A Arte, quando integrada de forma consistente no currículo escolar, torna-se uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos críticos, criativos e culturalmente conscientes, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## CONCLUSÃO

O ensino de Artes nas escolas brasileiras desempenha papel central na formação integral dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade estética, da criatividade e do pensamento crítico. Ao integrar as linguagens artísticas — música, dança, teatro e artes visuais — o currículo escolar promove habilidades essenciais para a convivência social, o respeito à diversidade cultural e o fortalecimento da identidade dos alunos, conforme previsto na Constituição Federal e nas diretrizes educacionais nacionais.

Apesar dos avanços legislativos garantidos pela LDB e pela BNCC, a efetivação do ensino de Artes enfrenta diversos desafios estruturais, como a insuficiência de professores com formação específica, a carência de infraestrutura adequada e a baixa valorização da disciplina no ambiente escolar. Superar esses obstáculos requer investimentos em formação continuada, melhores condições de trabalho e políticas públicas que priorizem a Arte como componente curricular estratégico para a educação básica.

Além disso, a Arte assume papel fundamental na promoção da inclusão social e no desenvolvimento emocional dos estudantes, oferecendo um espaço para a expressão, a resistência cultural e a construção da cidadania. Em contextos vulneráveis, a prática artística contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do protagonismo juvenil, ampliando as possibilidades de aprendizagem e de transformação social.

Por fim, a garantia de um ensino de Artes de qualidade depende da ação articulada de gestores, educadores, famílias e comunidades, comprometidos em valorizar a diversidade cultural e fomentar a interdisciplinaridade. A Arte, assim, deve ser compreendida não apenas como disciplina curricular, mas como direito fundamental e instrumento poderoso para a construção de uma escola democrática, plural e humanizadora, capaz de formar sujeitos críticos, criativos e socialmente engajados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de abril de 2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica*. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.





ARTIGO 8 | PÁGINAS 54-58

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A NEUROAPRENDIZAGEM EM APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

**DALVA ELIANE ANTUNES DOS SANTOS <sup>7</sup>**

**ORIENTADOR: JAIRO MARTINS**

<sup>7</sup> Pedagoga e Psicopedagoga. Pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicada ao Tea e outras áreas da Educação e Neurociências. Graduada em Enfermagem e Mestranda em Neuropsicologia.



## RESUMO

A convergência entre a psicopedagogia e bases neurais da aprendizagem visam compreender como o conhecimento sobre as funções cerebrais pode influenciar diagnósticos e intervenções psicopedagógicas em contextos educacionais. O objetivo deste estudo consiste em explorar a interseção entre teoria e prática, analisando a aplicação das estratégias psicopedagógicas nos processos de ensino-aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual (DI). Tratou-se de uma revisão do tipo integrativa em livros físicos e artigos publicados nas bases de dados SciELO e Google Scholar no período de fevereiro a maio de 2025. As abordagens psicopedagógicas revelaram-se cruciais na promoção do interesse e engajamento dos aprendizes com DI, ressaltando a importância de estratégias personalizadas e contextualmente relevantes para enfrentar os desafios educacionais. Este estudo contribui para aprimorar a prática psicopedagógica, oferecendo subsídios para profissionais da educação e da psicopedagogia, ao integrar conhecimentos teóricos e práticos na busca por soluções mais abrangentes e eficazes.

## PALAVRAS-CHAVE

Educação inclusiva; Intervenções psicopedagógicas; Neuroaprendizagem

## INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia, enquanto campo de estudo dedicado à compreensão dos processos de aprendizagem, desempenha um papel crucial na identificação e intervenção nas dificuldades que os indivíduos enfrentam no desenvolvimento de seus conhecimentos. Esta área visa não apenas detectar habilidades e obstáculos, mas também propor estratégias que potencializem a aquisição do aprendizado, destacando a importância de uma abordagem preventiva e terapêutica (Souza; Souza, 2017).

A relação entre a educação especial e as bases neurais da aprendizagem em alunos com deficiência intelectual emerge como uma conexão essencial para compreendermos os fundamentos biológicos subjacentes aos processos cognitivos. Diante dessa interseção entre educação especial e as bases neurais, questiona-se sobre como a compreensão das funções cerebrais pode contribuir para o diagnóstico e intervenção psicopedagógica no

contexto educacional com aprendizes com deficiência intelectual.

Este estudo tem por objetivo explorar a relação entre a educação especial e as bases neurais da aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual, buscando não apenas elucidar os mecanismos biológicos envolvidos nos processos cognitivos, mas também compreender como esse conhecimento pode ser aplicado de maneira prática na identificação e abordagem de dificuldades de aprendizagem em ambientes escolares. Pretende-se, assim, oferecer subsídios para profissionais da educação e da psicopedagogia, propondo estratégias que considerem não apenas os aspectos comportamentais, mas também as nuances neurobiológicas dos processos de aprendizagem.

Essa pesquisa, segundo os objetivos, é uma pesquisa descritiva bibliográfica, pois pretendemos contribuir na busca de novas



formas de inclusão escolar e na elaboração de intervenções psicopedagógicas que considerem o sujeito com deficiência intelectual, como coautor de sua aprendizagem. Segundo os procedimentos de coleta, utilizamos a base de dados ScieLo, Google Scholar e Biblioteca Virtual da Uniasselvi no primeiro semestre de 2005.

A convergência interdisciplinar entre a educação especial e as neurociências emergem

como uma abordagem promissora, favorecendo insights ímpares para a prática pedagógica e para o aprimoramento das intervenções psicopedagógicas. Ao investigar a interação entre os aspectos comportamentais e as bases neurais, este trabalho visa contribuir para a eficácia das abordagens educacionais, promovendo um entendimento mais abrangente e integrado da aprendizagem.

## DESENVOLVIMENTO

A avaliação psicopedagógica inicia-se com a identificação de necessidades, resultando em intervenções profissionais para aprimorar a situação, onde a intervenção psicopedagógica, seja preventiva ou terapêutica, ocorre em diferentes contextos, como escolas e hospitais, com o objetivo de detectar e propor soluções para as dificuldades de aprendizagem (Souza; Souza, 2017). **Identificar as habilidades e dificuldades de cada sujeito é crucial, visando a elaboração de estratégias que maximizem a aquisição do aprendizado.**



A neurociência, ao compreender o estudo do sistema nervoso e suas conexões com a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre o cérebro e o comportamento, consolida sua relevância nos diferentes campos do saber, ampliando a área de pesquisa para outras áreas como: neuroeducação, neuroeconomia, neuropedagogia, neuropsicologia, neuropsicologia, entre outras. Por meio de seu estudo é possível compreender os processos psicológicos nas diferentes etapas da vida que afetam as habilidades do indivíduo, intervindo precocemente promovendo uma melhor qualidade de vida (Cosenza; Guerra, 2011).

As escolas enfrentam desafios ao lidar com discentes com dificuldades de aprendizagem, demandando adaptações ambientais, metodológicas e curriculares. O psicopedagogo, além de investigar as causas do fracasso escolar, orienta familiares e profissionais envolvidos, promovendo uma relação prazerosa e saudável entre ensino e aprendizagem (Rossato, 2014). No ambiente escolar, as instruções claras e simples são essenciais para crianças com dificuldades de aprendizagem, prezando pela utilização de poucas palavras, expressões simples e repetição das instruções facilita a compreensão das tarefas. Ao estabelecer uma rotina diária bem planejada, com estímulos visuais e ensino de comportamentos, contribui para a organização interna da criança, reduzindo angústia e ansiedade (Siqueira; Guedes, 2018).

A articulação teoria-prática ressaltou a pertinência das orientações de Khoury *et al.* (2014) no contexto escolar, especialmente no que diz respeito às instruções claras e à repetição de tarefas para crianças com dificuldades de aprendizagem. A importância da rotina organizada e do uso de estímulos visuais se mostrou eficaz na prática, proporcionando um ambiente mais favorável para a aprendizagem (Siqueira; Guedes, 2018).

Segundo Algeri (2014), a necessidade de estimular a motivação intrínseca para aprender destaca-se como um elemento crucial na aplicação das estratégias psicopedagógicas, contribuindo para a promoção do interesse e engajamento dos estudantes. A convergência entre a psicopedagogia e as neurociências ganham expressividade durante a aplicação prática, evidenciando a importância de considerar não apenas os aspectos comportamentais, mas também as bases neurais subjacentes aos desafios de aprendizagem (Rossato, 2014).

A promoção de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de estratégias para aumentar a capacidade dos alunos se regularem pode resultar em melhorias significativas no desempenho dos alunos. **Ao integrar atividades que estimulem o planejamento e a autorregulação**, os educadores podem não apenas melhorar as competências acadêmicas dos estudantes, mas também **apoiar seu desenvolvimento emocional e social**, preparando-os para desafios futuros (Cohen; Lotan, 2017).

No espaço escolar, a presença de um profissional com domínio sobre as dificuldades de aprendizagem em aprendizes escolares, com uma formação sólida no estudo do desenvolvimento humano, abrangendo as bases biológicas, fisiológicas e psicológicas, pode impactar o aprendizado escolar. A formação continuada garante o conhecimento teórico, mas

a prática vem acompanhada de expertise e capacidade na busca de soluções para as demandas apresentadas pelos próprios estudantes e trabalhadores da educação que permeiam o espaço escolar (Michelli; Azevedo, 2013).

A motivação para aprender pode derivar da satisfação em adquirir conhecimento ou do reconhecimento familiar, sendo que a criança precisa ser estimulada a querer aprender, mesmo considerando as particularidades individuais e ritmos diferenciados. O estímulo à autonomia, independência e o controle de incentivos são aspectos trabalhados pelos psicopedagogos para promover comportamentos adequados e registrar a evolução da criança (Khoury *et al.*, 2014).

Na aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual, segundo Michelli e Azevedo (2013, p. 30), “há que se considerar como ponto indispensável para sua concretização a busca pelo desenvolvimento da autoimagem e da autoconfiança, assim sendo, a pessoa com deficiência esforça-se para atingir os objetivos que foram propostos inicialmente”. O profissional conhecendo seus alunos, suas dificuldades, anseios, possibilidades, expectativas, frustrações e intervenções que possam auxiliar os estudantes no caminho da inclusão aceitando a diversidade adaptando as metodologias e recursos às crianças diferentes sob seu olhar.

A didática em sala de aula deve buscar meios que melhorem a concentração deste aluno, como: tom de voz para chamar atenção, deixar o aluno próximo ao professor, iniciar a aula com alguma motivação. Ao associar o assunto da aula a alguma situação do contexto que interessa ao aluno ou que tenha uma aplicação prática, o uso de estímulos audiovisuais ou sensoriais têm grande poder de memorização, podendo ser mais emocional na dinâmica da aula (Floriani, 2017).

## CONCLUSÃO

No exercício diário com aprendizes com deficiência intelectual que apresentam

dificuldades de aprendizagem, precisamos lembrar que se refere a uma criança que



manifesta seus anseios, vontades, curiosidades, como outra qualquer, entretanto em alguns momentos de modo diferenciado do que as demais. Durante as interações e socialização das crianças às tarefas propostas para o ensino com dificuldades de aprendizagem podem ser aplicadas a qualquer outra criança, tendo cuidado com a organização do espaço e o tempo.

Estratégias que favoreçam ao aprendiz organizar seu próprio espaço, visando desenvolver autonomia e organização temporal, tendo atenção aos cronogramas e atividades

como referência, devem ser promovidas. É fundamental incentivar os alunos a aprenderem e desenvolverem mecanismos de improvisação em algum momento, a fim de evitar comportamentos inadequados. Dessa forma, aprendizes com deficiência intelectual podem obter sucesso por meio de intervenções psicopedagógicas no enfrentamento dos desafios educacionais, demonstrando a importância de considerar tanto os aspectos comportamentais quanto as bases neurais na promoção de uma aprendizagem mais significativa.

## REFERÊNCIAS

ALGERI, M. S. Dificuldades de aprendizagem na escrita: um olhar psicopedagógico. *Revista de Educação do IDEAU*, vol. 09, no. 20, 2014, 13 p.

COHEN, E. G.; LOTAN, R. A. *Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas*. Tradução de Luís Fernando Marques Dorvillé et al. Revisão técnica de Mila Molina Carneiro e José Ruy Lozano. 3. ed. Porto Alegre (RS): Penso, 2017.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. *Neurociência e educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre (RS): Artmed, 2011.

FLORIANI, M. A. B. *Educação inclusiva*. Indaial: Uniasselvi, 2017.

KHOURY, L. A. et al. *Manejo comportamental de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar*. Online, 2014. Disponível em: <[https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/09/tgd\\_manejocomportamental.pdf](https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/09/tgd_manejocomportamental.pdf)>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

MICHELLI, C. R. P.; AZEVEDO, S. M. de. *Ensino, aprendizagem e avaliação do deficiente intelectual*. Indaial: Uniasselvi, 2013.

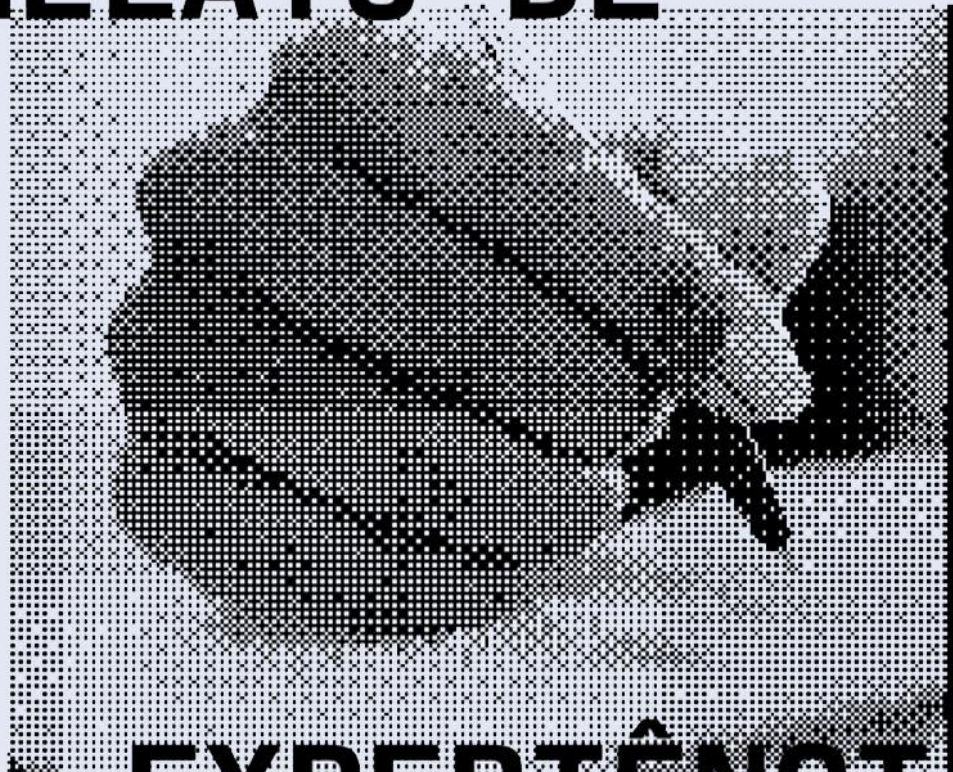
SIQUEIRA, M.; GUEDES, I. C. A Intervenção Psicopedagógica para Inclusão de uma Criança Autista na Educação Infantil. *Revista Acadêmica Faculdade Progresso*, vol. 04, no. 01, 2018.

SOUZA, M. A. A. DE; SOUZA, L. da T. Atuação psicopedagógica frente à inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista na escola. In: *Congresso Nacional de Educação, IV*, João Pessoa, 2017. Anais. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA10\\_ID4566\\_26072017155915.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID4566_26072017155915.pdf)>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

ROSSATO, R. *O papel do psicopedagogo no tratamento de autistas*. Online, 2014. Disponível em: <<http://www.paisfilhoseescola.com.br/o-papel-psicopedagogo-tratamento-de-autistas/>>. Acesso em: 21 de maio de 2025.



# RELATO DE



# EXPERIÊNCIA

**OLHAR QUE ACOLHE: A IMPORTÂNCIA DO  
DIAGNÓSTICO PRECOCE COMO PONTE PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO  
DO ESPECTRO AUTISTA**

**Erica Farias Nascimento<sup>8</sup>**

**Orientadora: Sara Talitiane Viana Machado**

<sup>8</sup> Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense - UFF, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e especialista em Psicomotricidade, todas pela Uniasselvi. Ampliando os conhecimentos, curso no momento Gamificação na Educação (Uniasselvi). Coautora do livro "Educação Infantil e Formação Docente na Pandemia: Conexões e Inflexões" (2022) pela editora Papyrus, atuo com foco na inclusão escolar e no desenvolvimento integral de crianças com necessidades educacionais especiais.

## INTRODUÇÃO

Este relatório detalha a experiência de estágio em Psicopedagogia, focando na prevenção e intervenção em dificuldades de aprendizagem, acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), avaliação e elaboração de planos de intervenção individualizados. O estágio ressalta a importância da Psicopedagogia na identificação precoce e na intervenção eficaz para crianças com TEA, destacando seu papel como ponte entre família, escola e equipe multidisciplinar para promover a inclusão e o desenvolvimento integral.

As atividades foram realizadas em uma creche-escola de pequeno porte no Rio de Janeiro, que atende cerca de 100 crianças. A instituição, com uma proposta pedagógica socioconstrutivista, visa promover o desenvolvimento biopsicossocial e pedagógico das crianças através de atividades planejadas em um ambiente acolhedor.

Os objetivos específicos do estágio incluíram a observação direta e coleta de informações de crianças com TEA, a aplicação de instrumentos psicopedagógicos, o registro sistemático de comportamentos e a proposição de estratégias de intervenção. Além disso, buscou-se promover o diálogo com professores e a psicóloga da instituição, contribuindo com orientações sobre práticas inclusivas. Essas ações visaram não apenas a compreensão das necessidades individuais, mas também a construção de um ambiente mais sensível e preparado para acolher a diversidade no processo educativo.

### Descrição da Experiência

#### Observação da Rotina Escolar

A observação foi realizada em junho de 2025, na turma do Maternal II, com foco em Maria<sup>1</sup>, uma criança de 4 anos diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo foi analisar as interações de Maria no ambiente escolar e as intervenções psicopedagógicas aplicadas.

#### Observação do dia 11 de junho de 2025

A tarde iniciou com uma atividade de Desenho Livre após a leitura da história “*Abelha Abelhuda*”, da autora Helena Barriga. Após a leitura, os alunos foram incentivados a expressar

---

<sup>1</sup> Para fins de confidencialidade, o nome da pessoa acompanhada foi alterado neste relato.

livremente, por meio de seus desenhos, suas interpretações e percepções sobre a narrativa apresentada. Maria demonstrou-se bastante comunicativa, apresentando-se de forma espontânea assim que entrei na sala. Apesar da fala ainda limitada — característica relacionada ao diagnóstico e ao fato de ter adquirido linguagem oral tardiamente, por volta dos três anos —, a criança mostrou-se interessada em interagir e estabelecer contato, utilizando tanto a linguagem verbal quanto gestos e expressões. Sua socialização não foi limitada pela dificuldade de fala, mostrando-se interessada em compartilhar seus desenhos e os dos colegas.

Em seguida, ocorreu uma Atividade Musical com violão. Maria se mostrou atenta e participativa, enquanto alguns colegas tiveram dificuldade em manter o foco. A presença de outra aluna com Paralisia Cerebral na turma evidenciou os benefícios da música para o desenvolvimento motor, coordenação e socialização. Houve um momento de desorganização na turma que exigiu a intervenção da professora.

Em conversa com a professora, foi revelada a resistência inicial da família de Maria em aceitar o diagnóstico de TEA, um fator crucial para o sucesso das intervenções. A resistência familiar é um fator relevante no contexto psicopedagógico, pois o acolhimento e a aceitação do diagnóstico pela família são essenciais para o sucesso das intervenções e para o desenvolvimento integral da criança.

Posteriormente, os alunos participaram da aula de Educação Física no pátio. Maria se mostrou animada e agitada com as atividades ao ar livre, que incluíram um trajeto em zigue-zague, brincadeiras com bolas e um gol criativo. Atividades como essa contribuem para o desenvolvimento psicomotor, favorecendo a coordenação motora grossa, equilíbrio, lateralidade e noção espacial.

Após as atividades físicas, a psicóloga retornou à turma e conduziu um exercício de respiração, com o objetivo de auxiliar as crianças na diminuição da agitação e facilitar a transição para o próximo momento da rotina: o lanche da tarde. O lanche, composto por frutas, panquecas e suco, foi um momento pedagógico para promover autonomia e hábitos alimentares saudáveis. No ambiente psicopedagógico, é essencial trabalhar a formação da autonomia e a valorização das escolhas individuais, orientando as crianças a compreenderem suas próprias decisões e a respeitarem as diferenças.

A professora retomou a temática da “Abelha Abelhuda” com uma atividade de pintura utilizando tintas e focando na sequência de cores. A docente desenhou uma abelha em tamanho grande em uma folha A3 e criou, no corpo da abelha, uma sequência de círculos representando as listras amarelas e pretas, que deveriam ser preenchidas seguindo a ordem das cores. A proposta exigia atenção e concentração, pois as crianças precisavam alternar corretamente as cores ao utilizar as tintas. A atividade de pintura contribuiu para o desenvolvimento da percepção visual, da coordenação motora fina, da organização espacial e da atenção. Além disso, favoreceu a consolidação do conteúdo

trabalhado anteriormente de maneira lúdica e prazerosa, o que é fundamental no contexto psicopedagógico.

### **Observação do dia 13 de junho de 2025 (Aula de Inglês)**

Em um dia com menos alunos, a aula de Inglês focou no vocabulário de frutas. Maria, atenta e participativa, por vezes alternou entre o português e o inglês, um fenômeno comum em crianças bilíngues em fase de aquisição. A professora utilizou estratégias lúdicas para reforçar o uso da língua inglesa, e as crianças demonstraram interesse em questionar sobre as frutas e cores, respondendo em inglês. A aula finalizou com um vídeo musical educativo.

### **Observação do dia 27 de junho de 2025**

No dia 27 de junho de 2025, ao chegar à escola, observei que as turmas estavam organizadas de forma mista. O motivo relatado foi a recente demissão de uma professora, o que ocasionou a necessidade de que outra docente acolhesse simultaneamente as crianças do Pré I e do Maternal. No momento da observação, os alunos já se encontravam envolvidos em uma atividade de desenho livre com giz de cera.

Maria, como de costume, aproximou-se de forma sorridente para me mostrar seu desenho. Entretanto, devido ao comprometimento em sua linguagem verbal — relacionado ao diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) —, não foi possível realizar um diálogo ou registrar uma conversa significativa com a criança nesta ocasião.

É importante destacar que mudanças bruscas na rotina escolar, como a junção de turmas e a alteração repentina de profissionais de referência, podem impactar diretamente o comportamento, a segurança emocional e o processo de aprendizagem das crianças, especialmente na Educação Infantil. A previsibilidade e a constância nas rotinas são fundamentais para que a criança se sinta segura, compreenda as transições e desenvolva autonomia com tranquilidade.

A ausência de um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para uma criança com TEA nível 3 na turma do Pré I foi notada, evidenciando a lacuna no sistema educacional e a necessidade de mais investimentos em profissionais especializados e formação docente.

A aula de Inglês retomou o vocabulário de frutas, com as crianças colando figuras em um livro didático. Maria, naquele dia, demonstrou estar mais introspectiva, apresentando sinais de resfriado, como tosse persistente, e um comportamento mais reservado. Durante a atividade, apresentou certa demora para responder, necessitando de auxílio da professora para manter o foco e realizar as repetições.

das palavras, ainda que de forma adaptada à sua capacidade verbal, considerando as dificuldades de fala decorrentes do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Observou-se que, ao longo da aula, Maria frequentemente buscava conforto físico, abraçando o braço da professora que permanecia ao seu lado, possivelmente como uma forma de segurança e acolhimento diante de seu estado de indisposição. Em diversos momentos, manteve o olhar distante e parecia dispersa, observando as colagens realizadas pelos colegas e expostas nas paredes da sala.

O lanche novamente destacou a seletividade alimentar de Maria em relação ao suco. Ao retornar ao refeitório, observei que as crianças que já haviam finalizado o lanche davam continuidade à rotina de higiene diária, seguindo para a escovação dos dentes e utilização do banheiro.

Por fim, o ensaio para a Festa Junina proporcionou um ambiente de vivência cultural e desenvolvimento psicomotor. A psicóloga e os profissionais incentivaram a participação das crianças, mesmo com momentos de dispersão. Foi notável que, por se tratar de uma atividade coletiva e dinâmica, alguns alunos se dispersaram ao longo do ensaio, desviando-se para outras áreas do pátio ou demonstrando interesse em objetos e brinquedos ao redor. No entanto, a psicóloga e os demais profissionais mantiveram uma postura acolhedora e paciente, incentivando as crianças a retornarem para o grupo de forma gentil e convidativa, sem imposições rígidas.

## INTERVENÇÕES

Antes de iniciar qualquer intervenção psicopedagógica, é essencial realizar um estudo aprofundado do sujeito envolvido no processo educativo. A observação direta é uma ferramenta indispensável nesse contexto, pois possibilita compreender as singularidades da criança, suas potencialidades, dificuldades, interesses e necessidades específicas, orientando a elaboração de estratégias adequadas e eficazes. No caso da criança Maria, previamente observada, tornou-se evidente a importância de um olhar cuidadoso e individualizado para planejar intervenções que respeitem seu ritmo, suas preferências e suas características comportamentais.

### **Intervenção Individual – Recorte e Cole**

A atividade individual com Maria consistiu na colagem de pedaços de papel colmeia em um desenho de morango. O papel colmeia foi selecionado por possuir uma textura diferenciada e proporcionar uma experiência sensorial rica, despertando a curiosidade e oferecendo uma oportunidade para que Maria experimentasse novas sensações táteis.

A intervenção foi cuidadosamente organizada para respeitar o tempo da criança e evitar situações de frustração. A cola foi previamente pingada no papel para que Maria pudesse espalhá-la com os dedos, o que permitiu que ela sentisse a viscosidade da cola e desenvolvesse a consciência sensorial enquanto realizava movimentos circulares para distribuí-la pela superfície. Esse momento foi especialmente significativo, pois promoveu o contato direto com o material e exigiu da criança movimentos coordenados e organizados. Em seguida, Maria passou a colar, com auxílio inicial, os pedacinhos de papel colmeia, buscando preencher a área delimitada no desenho.

Foi perceptível que, mesmo diante de algumas pausas e momentos de dispersão, naturais no seu quadro, Maria retomava a atividade com incentivo verbal e modelagem das ações, demonstrando satisfação ao concluir etapas da colagem. A escolha do desenho de uma fruta buscou também estabelecer um elo com os conteúdos que vinham sendo trabalhados nas aulas de inglês, o que favoreceu a integração entre diferentes áreas do conhecimento e reforçou o aprendizado de forma lúdica.

Os resultados foram promissores, com avanços no engajamento e na manipulação de materiais por Maria, além de um desejo perceptível de interação e reconhecimento social. Para dar continuidade, é fundamental manter práticas pedagógicas que priorizem atividades sensoriais e gradualmente desafiadoras, com mediação afetiva.

### **Intervenção com a Turma – Blocos de Montar**

Além da intervenção individual realizada com Maria, foi proposta uma atividade coletiva com a turma, utilizando recursos disponíveis na própria escola: blocos de montar de madeira. A atividade foi organizada de forma livre e exploratória, permitindo que as crianças manipulassem peças de diferentes formatos (cilindros, esferas, cubos e triângulos) com variações de cor e textura, incluindo peças coloridas e outras de madeira crua, sem pintura.

O uso dos blocos de montar na Educação Infantil é amplamente valorizado no campo psicopedagógico por estimular, de maneira lúdica, diversas habilidades essenciais para o desenvolvimento integral da criança. Brincadeiras construtivas favorecem a coordenação motora fina, o planejamento de ações, a percepção espacial, o reconhecimento de formas e cores, além de promoverem a imaginação, a criatividade e a resolução de problemas.

Sob a perspectiva do construtivismo, base que fundamenta a prática pedagógica da escola observada, a criança é compreendida como sujeito ativo e protagonista de seu desenvolvimento, construindo conhecimento a partir das interações sociais e da experimentação concreta com os objetos. De acordo com Vygotsky (1991), a aprendizagem ocorre em um contexto social e cultural, sendo mediada por pares mais experientes e pelo uso de instrumentos simbólicos. Ao proporcionar momentos

em que as crianças podem explorar livremente os blocos de montar, o educador cria oportunidades para que o conhecimento seja construído a partir da vivência, da troca e da mediação intencional.

Durante a atividade, observou-se que cada criança reagiu de maneira singular: algumas concentraram-se em empilhar as peças, outras tentaram construir casas, pontes ou torres, enquanto algumas demonstraram interesse pelas cores e texturas, tocando repetidamente os blocos de madeira crua. Maria participou do momento de forma tranquila, interagindo com os colegas de maneira não verbal, organizando os blocos ao seu redor e, por vezes, observando as construções dos pares.

Segundo Mantoan (2003), proporcionar espaços onde as crianças possam expressar-se e construir conhecimento a partir das próprias experiências é essencial no contexto da inclusão escolar. Atividades como essa fortalecem o senso de pertencimento e permitem que cada criança, dentro de suas possibilidades, participe e contribua para o grupo. Além dos benefícios cognitivos e motores, a atividade com blocos de montar também contribuiu para o desenvolvimento da cooperação e do respeito às diferenças, aspectos fundamentais no trabalho psicopedagógico inclusivo.

Maria, de forma concentrada e cuidadosa, organizou os blocos de maneira que formassem o que ela chamou de um castelo. Enquanto posicionava as peças, verbalizou com entusiasmo, ainda que com sua fala comprometida, que aquele castelo era grande e especial. Utilizou gestos para mostrar a entrada e indicou, com os olhos brilhantes, onde estava o “portão”. A narrativa, embora simples, foi significativa, pois demonstrou que Maria não apenas construiu uma estrutura física, mas também criou uma história em torno do objeto, conectando sua imaginação à experiência concreta. Esse momento foi importante para observar como a atividade favoreceu a expressão simbólica e a linguagem, ainda que de forma adaptada ao seu desenvolvimento.

Esse momento coletivo revelou o quanto as crianças são capazes de atribuir significados diversos às mesmas peças, demonstrando a riqueza da imaginação infantil e a importância de oferecer espaços e materiais que permitam tais construções subjetivas. Como destaca Vygotsky (1991), o brincar simbólico e a capacidade de criar realidades a partir de objetos simples são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, pois permitem à criança transitar entre o mundo real e o mundo imaginário, fortalecendo seu pensamento abstrato e suas habilidades sociais.

Essa intervenção destacou a importância de atividades que valorizem a imaginação como linguagem pedagógica, especialmente em contextos inclusivos. Oportunizar que a criança construa, narre e atribua sentido aos seus próprios projetos é respeitar sua subjetividade e promover um espaço educativo mais significativo e humanizado.

## CONCLUSÃO

O estágio proporcionou uma imersão valiosa na Educação Infantil inclusiva, com foco em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exemplificado pelo caso de "Maria". As observações demonstraram a importância de um ambiente educacional acolhedor, flexível e adaptado para o desenvolvimento de crianças com TEA, permitindo que elas se sintam pertencentes e estimuladas.

As intervenções psicopedagógicas, tanto individuais quanto coletivas, mostraram-se eficazes, utilizando recursos como colagem, atividades sensoriais e jogos com blocos de madeira para estimular o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de Maria e seus colegas. O trabalho destacou a relevância da escuta ativa, afetividade e mediação intencional para o progresso dessas crianças, mesmo com redirecionamentos simples e acolhedores.

Entretanto, a experiência também ressaltou a necessidade urgente de políticas públicas para a contratação de profissionais especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE), frente ao aumento de diagnósticos de TEA no Brasil. A falta desses profissionais sobrecarrega a equipe pedagógica e compromete a qualidade da inclusão.

A parceria entre escola e família também se mostrou crucial para o sucesso das intervenções psicopedagógicas. O engajamento familiar no processo educativo, aceitando o diagnóstico e estimulando a autonomia da criança, leva a resultados mais positivos. Nesse sentido, as escolas devem oferecer espaços de diálogo, orientação e apoio às famílias.

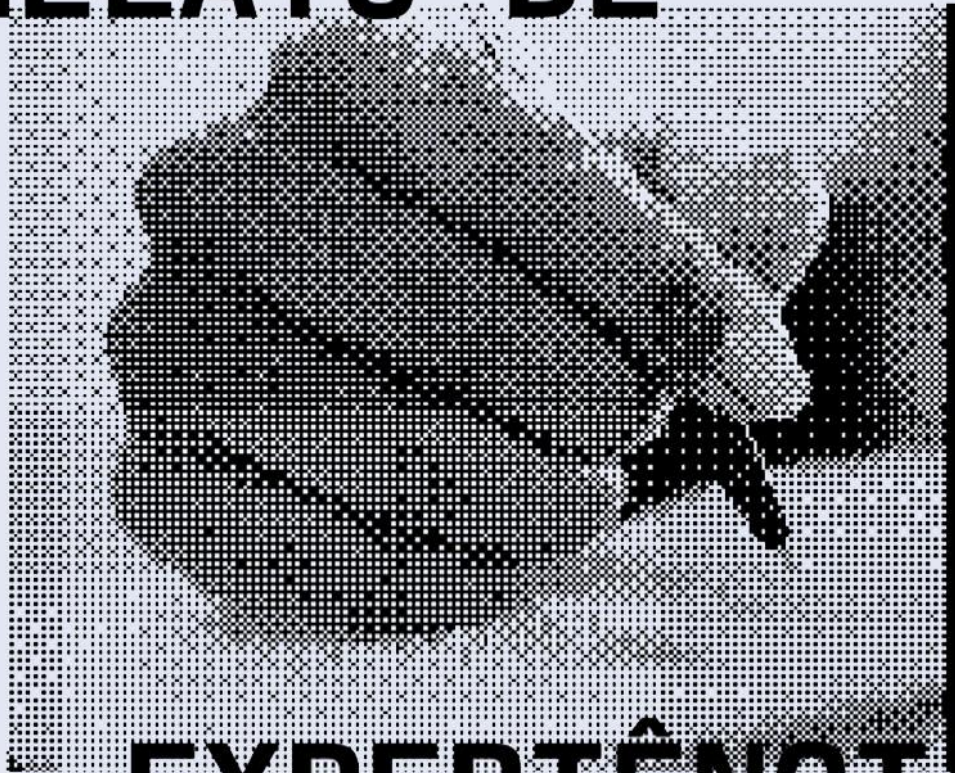
Por fim, o estágio reforçou o papel da Psicopedagogia Clínica e Institucional como um agente de mudança para uma educação verdadeiramente inclusiva. O psicopedagogo atua como mediador, facilitador e promotor de intervenções que respeitam as particularidades de cada indivíduo, contribuindo para ressignificar práticas escolares. Conclui-se que a Psicopedagogia, pautada na ética e empatia, tem um impacto significativo na vida de crianças, famílias e instituições educativas, fortalecendo a inclusão e garantindo o direito à aprendizagem para todos em ambientes escolares afetivos e colaborativos.

## REFERÊNCIAS

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

# RELATO DE



# EXPERIÊNCIA

## IMPACTO DA ESQUIZOFRENIA NA VIDA COTIDIANA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

**Maria Quitéria da Conceição Albuquerque<sup>9</sup>**

**Orientadora: Debora Renata De Oliveira Gomes Benvenuti**

<sup>9</sup> Possui Licenciatura Plena em Matemática pelo Instituto Federal de Pernambuco e segunda Licenciatura em Pedagogia pela Uniasselvi. É também especialista em Matemática e Ensino de Ciências pela UFPE, Psicopedagogia Clínica e Institucional, e Coaching Educacional.

## INTRODUÇÃO

A esquizofrenia é uma condição mental séria que transforma profundamente o dia a dia das pessoas diagnosticadas, limitando a independência, dificultando interações sociais e prejudicando o desempenho em tarefas rotineiras. Os sintomas mais marcantes, como alucinações, delírios, desafios cognitivos e mudanças comportamentais, evidenciam a indispensável presença de profissionais qualificados e o apoio familiar para assegurar uma melhor qualidade de vida. Compreender as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos e suas estratégias para lidar com a condição é um passo essencial rumo a tratamentos mais eficazes.

Este relato narra a experiência em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um espaço dedicado ao atendimento de pessoas com transtornos mentais graves. Durante o período, foi possível acompanhar a rotina da instituição, observar as práticas terapêuticas e testemunhar a interação entre profissionais e usuários. O foco da pesquisa foi uma participante diagnosticada com esquizofrenia. A investigação explorou como o transtorno afeta seu cotidiano, os desafios que ela enfrenta e as formas encontradas para superar as adversidades.

A escolha desse tema surge da necessidade de compreender os impactos da esquizofrenia no dia a dia dos pacientes, reforçando a relevância do suporte oferecido pela família e pela equipe multidisciplinar. Além disso, a abordagem permite refletir sobre o papel das políticas públicas na assistência a pessoas com transtornos mentais, defendendo práticas mais humanas e eficientes no cuidado dessas pessoas.

O objetivo principal deste estágio foi compreender como a esquizofrenia influencia a rotina da paciente, identificando os obstáculos e as estratégias utilizadas por ela, sua família e os profissionais utilizam para lidar com a situação. Para isso, foram realizadas observações no local, entrevistas com familiares e especialistas, além da análise de documentos dos atendimentos prestados.

Nas páginas seguintes, serão apresentados a metodologia adotada, os dados coletados e analisados, as intervenções realizadas e, por fim, as considerações finais. Este estudo tem como objetivo contribuir para uma compreensão mais ampla dos efeitos da esquizofrenia no cotidiano, bem como para a identificação de estratégias que possam minimizar suas consequências e promover uma vida mais equilibrada.

### Descrição da Experiência

## OBSERVAÇÃO

Durante o período de observação no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), foi possível analisar o funcionamento da instituição e o impacto do suporte familiar no tratamento de pacientes com esquizofrenia. O CAPS apresentava um ambiente estruturado e propício a um atendimento humanizado, com espaços destinados a consultas individuais, oficinas terapêuticas e atividades de socialização. A equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e enfermeiros, atuava de forma integrada para garantir o acompanhamento contínuo dos usuários.

A paciente acompanhada durante o estágio demonstrava consideráveis dificuldades na comunicação e na interação social. Durante as primeiras observações, constatou-se que ela demonstrava resistência ao diálogo e inquietação nos momentos de espera. Sua participação em atividades em grupo era mínima, e sua expressão facial frequentemente refletia ansiedade e desconfiança. Quando chamada pelo nome, evitava o contato visual direto e sua comunicação verbal restringia-se a respostas curtas ou gestos de consentimento, indicando uma acentuada retração social.

Um aspecto crucial observado foi o suporte familiar limitado. A presença da família no CAPS era esporádica. Em momentos de ausência de acompanhantes, a paciente manifestava maior ansiedade antes das consultas. A equipe do CAPS frequentemente relatava as dificuldades dos familiares em compreender a importância da participação ativa no tratamento. Essa falta de engajamento familiar se refletia diretamente na adesão irregular da paciente à medicação, sugerindo a ausência de um monitoramento mais próximo no ambiente domiciliar.

Outro aspecto relevante identificado foi a dinâmica das atividades terapêuticas. Oficinas de arte, música e rodas de conversa eram promovidas com o intuito de estimular a interação social dos pacientes. Contudo, a paciente participava de maneira passiva, raramente se envolvendo espontaneamente. Embora a equipe buscasse incentivá-la com abordagens individualizadas, respeitando seu ritmo, a falta de incentivo familiar parecia impactar diretamente seu engajamento nessas atividades.

A infraestrutura do CAPS era adequada, mas com algumas limitações importantes. O número de profissionais, apesar de sua qualificação, parecia insuficiente para atender à demanda existente. As observações mostraram que os atendimentos precisavam ser conduzidos de forma célere devido ao alto volume de pacientes. Essa sobrecarga de trabalho limitava o tempo disponível para discussões aprofundadas sobre o suporte familiar e dificultava uma abordagem mais abrangente das necessidades individuais de cada paciente.

De modo geral, as observações evidenciaram que, apesar de a paciente estar inserida no tratamento oferecido pelo CAPS, o suporte familiar ainda se configurava como um desafio significativo. A ausência de um acompanhamento mais ativo por parte da família repercutia diretamente na adesão

ao tratamento e na evolução da paciente. Fica clara, portanto, a necessidade urgente de estratégias que incentivem uma participação mais efetiva dos familiares, garantindo um suporte contínuo e contribuindo para um desenvolvimento mais satisfatório e uma melhor qualidade de vida para a paciente.

### **Coleta e análise dos dados observados**

A coleta de dados para este estudo foi realizada através de diversas estratégias, incluindo observação direta, registros em diário de campo e diálogos informais com profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O objetivo principal foi compreender a relação entre o suporte familiar e o tratamento da esquizofrenia, com foco no caso da paciente acompanhada durante o estágio.

Durante todo o período de observação, todas as informações relevantes foram meticulosamente registradas em um diário de campo. Esse documento detalhou a rotina da paciente, suas interações com a equipe multidisciplinar e demais usuários do CAPS, bem como sua participação nas atividades terapêuticas. Nele, foram identificados sinais de isolamento social, dificuldades na comunicação e um comportamento predominantemente introspectivo. Adicionalmente, registrou-se a forma como a paciente reagia às abordagens dos profissionais, evidenciando momentos de maior ansiedade e resistência.

Além da observação direta, foram realizadas entrevistas informais com a equipe do CAPS, composta por psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e enfermeiros. Os profissionais relataram que a paciente apresentava um histórico de descontinuidade no uso da medicação, frequentemente associado à ausência de acompanhamento familiar. Segundo seus relatos, a paciente demonstrava maior estabilidade quando recebia suporte domiciliar, porém a presença irregular da família dificultava a continuidade do tratamento e a adesão às atividades terapêuticas propostas.

A participação familiar no tratamento foi outro aspecto crucial analisado. Durante as visitas ao CAPS, observou-se que os familiares da paciente raramente acompanhavam as consultas e atividades, corroborando os relatos dos profissionais sobre a baixa presença da família no processo terapêutico. Alguns membros da equipe mencionaram que essa ausência não se limitava a este caso específico, mas representava uma dificuldade recorrente no atendimento a diversos pacientes. A falta de conhecimento sobre a doença e o desgaste emocional dos cuidadores foram apontados como fatores que contribuem para esse afastamento.

A análise dos dados coletados revelou que a ausência de suporte familiar impacta diretamente a evolução do tratamento da paciente. A carência de um ambiente estruturado e de acompanhamento contínuo compromete a adesão ao uso da medicação e a participação em atividades terapêuticas,

tornando o tratamento menos eficaz. Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de estratégias que incentivem a participação ativa da família, promovendo uma rede de apoio mais sólida e contínua para o paciente.

## INTERVENÇÕES

Com base nas observações no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e nos dados coletados, um conjunto de intervenções foi desenvolvido para fortalecer o suporte familiar e melhorar a adesão da paciente ao tratamento da esquizofrenia. As estratégias adotadas envolveram atendimentos individuais, atividades terapêuticas em grupo e um trabalho de conscientização junto à família.

A primeira intervenção consistiu em atendimentos individuais com a paciente, com o objetivo de estabelecer um vínculo de confiança e compreender suas dificuldades e resistências. Inicialmente, a paciente demonstrou certo desconforto e hesitação em se expressar. Para minimizar essa resistência, utilizei técnicas de acolhimento e escuta ativa, além de atividades lúdicas como desenho e música para estimular sua comunicação e engajamento. Gradualmente, ela começou a mostrar maior disposição para interagir, participando das conversas e se interessando por atividades terapêuticas.

A segunda intervenção foi realizada em grupo, com a inclusão da paciente em dinâmicas coletivas realizadas no CAPS. Oficinas terapêuticas como pintura, artesanato e rodas de conversa sobre saúde mental foram utilizadas para incentivar a socialização da paciente e promover a interação com os outros usuários do serviço. Mesmo com algumas dificuldades, a paciente começou a apresentar progressos em relação ao seu isolamento inicial, tornando-se mais presente nas atividades e nas discussões em grupo. Esse avanço, embora modesto, indicou que sua participação ativa nas terapias era possível e estava contribuindo para sua recuperação.

A terceira intervenção focou na conscientização e no envolvimento da família da paciente. Diante da ausência de apoio familiar, foi organizada uma reunião com os familiares para discutir a importância do suporte contínuo para o tratamento, esclarecer sobre a doença e as necessidades da paciente. Durante a reunião, a equipe do CAPS forneceu orientações sobre o uso correto da medicação e estratégias de comunicação eficazes para melhorar o convívio familiar. Embora houvesse certa resistência inicial por parte de alguns familiares, foi possível observar um interesse crescente em compreender melhor a condição da paciente e participar de forma mais ativa no processo de tratamento.

Os resultados das intervenções mostraram avanços significativos, embora ainda modestos. A paciente passou a interagir mais com a equipe e com outros usuários do CAPS, especialmente nas atividades terapêuticas coletivas, demonstrando um progresso considerável em comparação ao seu comportamento isolado no início do tratamento. Em relação à participação familiar, a reunião gerou um

maior entendimento sobre a importância do suporte no tratamento da esquizofrenia. No entanto, a necessidade de acompanhamento contínuo ainda era visível para garantir o engajamento mais efetivo dos familiares.

Dessa forma, percebeu-se a importância de um trabalho contínuo com as famílias, a fim de orientá-las e incentivá-las a desempenhar um papel mais ativo no tratamento. A implementação de programas de psicoeducação para familiares, como sugerido por Lopes, Santos e Mendes (2020), seria uma estratégia eficaz para melhorar o suporte familiar, ajudando-os a lidar melhor com os desafios do transtorno e fortalecendo a adesão da paciente ao tratamento.

Além disso, as intervenções permitiram desmistificar conceitos errôneos sobre a esquizofrenia, como a ideia de que os pacientes não podem levar uma vida funcional, ajudando a reduzir o estigma em torno do transtorno e criando um ambiente mais acolhedor para a paciente. Para continuar a melhoria do quadro clínico, é fundamental implementar estratégias de monitoramento da medicação, intensificar as atividades terapêuticas e fortalecer o vínculo entre a equipe de saúde e a família, conforme apontado por Amarante (2018).

Em resumo, as intervenções realizadas trouxeram resultados positivos no processo de reabilitação da paciente, mas é essencial que esse trabalho continue de forma estruturada e contínua, com foco na conscientização e no apoio familiar. As estratégias adotadas foram um primeiro passo em direção à promoção de uma melhor qualidade de vida para a paciente, e devem ser mantidas e ampliadas no decorrer do tratamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo investigar o impacto do suporte familiar no tratamento da esquizofrenia, com ênfase na experiência de uma paciente atendida no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Durante o período de observação e intervenção, foi possível constatar que a presença ativa da família desempenha um papel crucial no processo de tratamento e reabilitação de pacientes com esquizofrenia. Contudo, constatou-se que, apesar da relevância desse suporte, a participação da família da paciente ainda enfrentava desafios significativos, como resistência e falta de compreensão sobre a doença, o que dificultava a adesão ao tratamento.

A coleta de dados, realizada por meio de observações e entrevistas com a paciente, seus familiares e a equipe multiprofissional do CAPS, revelou que a paciente apresentava dificuldades em interagir socialmente e em aderir às atividades terapêuticas. A ausência de acompanhamento familiar impactou negativamente na continuidade do uso da medicação e nas interações com os profissionais da instituição, comprometendo o avanço do tratamento. As intervenções propostas tiveram como objetivo

estreitar o vínculo entre a paciente e sua rede de apoio familiar, promovendo a conscientização sobre a importância do papel da família em sua recuperação e estabilidade emocional.

Embora os resultados observados tenham sido iniciais e modestos, foi possível notar avanços significativos nas interações da paciente durante as atividades do CAPS, como nas rodas de conversa e oficinas, indicando uma leve melhoria no seu comportamento social. A reunião com os familiares propiciou discussões construtivas, embora a resistência à participação mais efetiva ainda representasse um obstáculo.

Conclui-se que o tratamento da esquizofrenia deve transcender a abordagem terapêutica individual, integrando ativamente a família no processo. A orientação e o apoio contínuo aos familiares são essenciais para superar as barreiras existentes e promover um ambiente de cuidados mais eficaz e acolhedor. Este estudo reafirma a importância do CAPS na implementação de estratégias de apoio familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e para a eficácia do tratamento a longo prazo.

As intervenções realizadas demonstraram que mudanças significativas nos comportamentos e na adesão ao tratamento ocorrem de maneira gradual. Assim, é imprescindível que as ações de suporte à família sejam mantidas e ampliadas, com a certeza de que a continuidade dessas práticas terá um impacto positivo no processo de recuperação e reintegração social dos pacientes com esquizofrenia.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial: o cuidado em liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

LOPES, Sônia A.; SANTOS, Andreia M.; MENDES, Clarice P. *Psicoeducação e apoio familiar no tratamento da esquizofrenia*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Schizophrenia: fact sheet*. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/schizophrenia>> Acesso em: 31 mar. 2025.